



Universidade de Brasília – UnB  
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA  
Mestrado Profissional em Administração Pública- MPA



## A Percepção de Policiais Federais sobre Armas de Fogo

**ALESSANDRA BORBA**

Orientador: Professor Doutor Adalmir de Oliveira Gomes

Dissertação de Mestrado Profissional em Administração Pública

Brasília - DF

2020

# **A Percepção de Policiais Federais sobre Armas de Fogo**

**ALESSANDRA BORBA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A  
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR ADALMIR DE OLIVEIRA GOMES**

**BRASÍLIA - DF**

**2020**

Alessandra Borba

## A Percepção de Policiais Federais sobre Armas de Fogo

Essa dissertação foi avaliada pela seguinte banca examinadora:

Professor Doutor Thiago Gomes Nascimento (IESB) – Membro Externo

Professor Doutor Ricardo Corrêa Gomes (PPGA/UnB) – Membro Interno

Professor Doutor Antônio Isidro da Silva Filho (PPGA/UnB) - Suplente

Brasília  
2020

À memória de minha avó, Francisca Medeiros Spíndola, pela força que inspirou a todas nós.

Aos meus pais, Sandro Fettbach Borba e Maria das Dores Borba, cujo orgulho sempre foi o vento sob minhas asas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me ter me mantido firme;

Agradeço meu esposo, João Paulo de Carvalho da Costa, por todo amor e pela compreensão diante de tantas ausências;

Agradeço meu orientador Adalmir de Oliveira Gomes, pela dedicação e paciência com que guiou meus passos na realização deste projeto;

Agradeço todos os colegas do Mestrado Profissional em Administração Pública do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília;

Agradeço todos os Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília;

Agradeço todos os servidores da Polícia Federal que colaboraram com a presente pesquisa.

*“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”*

*(Theodore Roosevelt)*

## RESUMO

A presente pesquisa está relacionada a um dos temas mais problemáticos nas discussões da agenda de segurança pública brasileira: a posse e o porte de armas de fogo. Desde a publicação da Lei nº 10.826/03 – Estatuto do Desarmamento, a Polícia Federal é o órgão responsável pelo controle da posse e do porte de armas de fogo pela população civil, o que torna os policiais federais atores centrais nessa discussão. Entende-se que compreender os valores e concepções de mundo dos policiais é essencial para orientar políticas públicas a respeito do tema. Com base nisso, o objetivo da pesquisa é identificar a percepção de policiais federais em relação às armas de fogo, e relacionar essa percepção com suas características e experiências pessoais. Dados quantitativos foram coletados por meio de questionário respondido por 801 policiais federais em atividade em todos os estados do país, e analisados por meio de análise fatorial exploratória e análise de regressão. A análise fatorial resultou em três fatores – direito, crime e proteção – que explicam 68% da variância total. Os resultados da análise de regressão mostraram que os fatores que compõem a percepção dos policiais federais sobre armas de fogo são explicados por características pessoais dos policiais, como a faixa etária e o grau de religiosidade; e pela experiência do policial com armas de fogo, como a idade de contato inicial, a propriedade de armas, a frequência de porte e treinamento de tiro, e o fato de ter sofrido ou presenciado lesão causada por arma de fogo. Possíveis explicações para os resultados encontrados e implicações teóricas e gerenciais são oferecidas ao final do trabalho.

**Palavras-chave:** Polícia Federal, policial, armas de fogo, posse e porte, atitude e percepção.

## ABSTRACT

This research is related to one of the most problematic themes in the discussions of the Brazilian public security agenda: the possession of firearms and the handgun concealment carry. Since the publication of Law n° 10.826/03 - Statute of the Disarmament, the Federal Police has been responsible for controlling the possession and the concealed carry of firearms by the civilian population, which makes federal police officers the central actors in this discussion. Understanding the values and worldviews of police officers is essential to guide public policies on the subject. Based on this, the aim of the research is to identify the perception of federal police officers towards guns, and relate this perception to their personal characteristics and experiences. Quantitative data were collected through a questionnaire answered by 801 federal police officers active in all states of the country, and analyzed through exploratory factor analysis and regression analysis. Factor analysis resulted in three factors - law, crime and protection - which explain 68% of the total variance. The results of the regression analysis showed that the factors that make up the perception of federal police officers towards guns are explained by their personal characteristics, such as the age group and degree of religiosity; and the officer's experience with guns, such as the initial contact age, the ownership of weapons, the frequency of handgun carry, the frequency of shooting training, and the fact that he suffered or witnessed a gunshot injury. Possible explanations for the results found and theoretical and managerial implications are offered at the end of the work.

**Keywords:** Brazilian Federal Police, police officer, handgun possession, handgun carry, attitudes and perception.

**LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1: Projetos de Lei sobre armas de fogo em tramitação no Congresso Nacional em 20/01/2020.....	17
QUADRO 2: Estudos sobre armas de fogo e suas relações causais.....	23
QUADRO 3: Distribuição das unidades da Polícia Federal.....	35
QUADRO 4: Variáveis de experiência e sociodemográficas.....	40

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Distribuição da população e amostra por cargo.....	37
TABELA 2: Distribuição da população e amostra por UF.....	37
TABELA 3: Estatísticas descritivas dos itens da EAFAF.....	43
TABELA 4: Distribuição das variáveis de experiência.....	44
TABELA 5: Distribuição das variáveis sociodemográficas.....	47
TABELA 6: Distribuição da amostra por região e unidade da federação.....	49
TABELA 7. Estrutura fatorial da EAFAF.....	51
TABELA 8. Variância explicada e consistência interna da EAFAF.....	52
TABELA 9. Resultados da análise de regressão linear.....	53

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1. Objetivos.....	16
1.2. Relevância da pesquisa.....	16
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
2.1. A violência no Brasil.....	19
2.2. A violência por armas de fogo no Brasil.....	21
2.3. Armas de fogo: mapeamento de relações .....	23
2.4. Instrumentos de medida de percepção sobre armas de fogo.....	27
2.5. Identificação de variáveis preditoras.....	31
<b>3. MÉTODO .....</b>	<b>34</b>
3.1. Descrição da organização, perfil da população e amostra .....	34
3.2. Instrumentos e técnicas de coleta de dados .....	38
3.3. Técnicas de análise de dados.....	41
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>43</b>
4.1. Análise descritiva das variáveis.....	43
4.2. Análise fatorial da EAFAF.....	50
4.3. Análise de regressão linear das variáveis.....	53
4.4. Discussão dos resultados.....	55
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE 1: Questionário de Percepção sobre Armas de Fogo.....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE 2: Definições e Codificações das Variáveis.....</b>	<b>71</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre violência e criminalidade tem mobilizado uma série de estudos e pesquisas, nacionais e internacionais, que visam oferecer subsídios para o entendimento desse complexo fenômeno social (Soares, 2015).

O Mapa da Violência 2016 (Waiselfsz, 2016), série de estudos desenvolvidos pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), por exemplo, focalizou a evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil no período de 1980 a 2014. O estudo aponta que em 1980 as armas de fogo foram utilizadas para cometer 43,9% do total de homicídios no Brasil, taxa que caiu para 36,8% em 1983. A partir de 1983 o índice cresce constantemente até 2003, quando as armas de fogo foram utilizadas em 70,8% dos homicídios (Waiselfsz, 2016).

Nesse contexto, com o objetivo de reduzir os altos índices de mortalidade por homicídios e acidentes envolvendo armas de fogo (Ribeiro et al., 2017), foi promulgada a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências”. A referida lei ficou popularmente conhecida como “Estatuto do Desarmamento”, pois estabelecia regras mais rígidas de controle sobre a posse e o porte de armas de fogo em comparação com sua antecessora, a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

Logo após a entrada em vigor da Lei nº 10.826/03, o Poder Executivo Federal, através da Portaria Interministerial nº 388, de 04 de fevereiro de 2004, criou uma comissão para elaboração de proposta para o decreto que deveria regulamentá-la. A proposta elaborada esteve sujeita à consulta popular até o dia 27 de abril do mesmo ano, e resultou na edição do Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004.

O resultado do “Referendo de 2005” manteve o comércio de armas de fogo no território nacional e consolidou o sistema híbrido de controle. O SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, vinculado ao Exército Brasileiro, manteria o controle sobre as armas das forças armadas e forças auxiliares, bem como de caçadores, atiradores esportivos e colecionadores. Já o controle das armas de fogo em posse da população civil competiria ao SINARM - Sistema Nacional de Armas, vinculado à Polícia Federal.

Desta forma, o interessado em adquirir uma arma de fogo de uso permitido deveria solicitar autorização à Polícia Federal, comprovando os requisitos previstos no art. 4º da Lei nº 10.826/03 e no art. 12 do Decreto nº 5.123/04: idade mínima de 25 anos, ausência de antecedentes criminais,

exercício de ocupação lícita, comprovação de residência certa, aptidão técnica e psicológica para o manuseio de arma de fogo e declaração de efetiva necessidade, explicitando os fatos e circunstâncias justificadoras do pedido.

A autorização para o porte de arma de fogo, por sua vez, poderia ser excepcionalmente concedida pela Polícia Federal ao solicitante que tivesse a propriedade regular de uma arma de fogo junto ao SINARM e comprovasse o exercício de atividade profissional de risco ou a ameaça à sua integridade física, conforme avaliação da autoridade competente.

Estudos como os de Zandominighi et al. (2011) e de Santos e Kassouf (2015) mostram que a política de controle de armas resultante da aprovação da Lei nº 10.826/03 apresentou resultados positivos na diminuição dos índices de violência. No mesmo sentido, estimativas apresentadas por Carvalho e Espíndula (2016) indicam que após o Estatuto do Desarmamento, entre os anos de 2004 e 2012, cerca de 160 mil vidas foram poupadas, das quais 113 mil de jovens.

A partir de 2019, no entanto, o Brasil passou a testemunhar o abrandamento da realidade normativa que vigeu por quinze anos, entre 2004 e 2018.

Primeiramente, em 15 de janeiro de 2019, foi assinado o Decreto nº 9.685, que alterou o Decreto nº 5.123/04, ampliando o direito à posse de armas de fogo no país. Na essência do novo decreto estava a redução da discricionariedade conferida à Polícia Federal para a análise das solicitações de aquisição de arma de fogo. O normativo, além de isentar diversas categorias profissionais da comprovação de efetiva necessidade para aquisição de arma de fogo, isentou também todos os residentes em área urbana de unidades federativas com índices anuais de mais de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Desse modo, na prática, foi extinta a possibilidade de análise da declaração de efetiva necessidade de aquisição de arma de fogo pela Polícia Federal, já que o Atlas da Violência 2018 (Cerqueira et al., 2018) apontou que a taxa de homicídios no país (homicídios por 100 mil habitantes) no ano de 2016 variou de 10,9, em São Paulo, a 64,7, em Sergipe.

A partir de então, a instituição só está autorizada a exigir comprovação de efetiva necessidade, e avaliar discricionariamente o pedido de aquisição de arma de fogo, quando o solicitante já tiver quatro armas registradas em seu nome ou pretenda adquirir número de armas superior a esse limite.

Em seguida, em 07 de maio de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.785, que revogou integralmente o Decreto nº 5.123/04 e teve como principais inovações a autorização para frequência a clubes de tiro a menores de qualquer idade, desde que autorizados por um dos genitores; e a alteração na definição de armas de fogo de uso permitido, fazendo com que armas de fogo de calibre

9MM, .40SW, .45ACP, 357 MAGNUM, antes restritas a uso policial ou militar, sejam acessíveis a qualquer cidadão ou empresa de segurança, o que alterou de modo substancial o tratamento penal que vinha sendo dado aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento.

Duas semanas depois, em meio a várias críticas, o Decreto nº 9.785/19 foi alterado pelo Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, pois impropriedades no texto previam a possibilidade de deferimento de autorização para porte de fuzis, carabinas e espingardas à população civil. Também houve alteração da idade mínima prevista para prática de tiro por menores, que passou a ser de quatorze anos, desde que autorizados por ambos os genitores.

Cerca de um mês mais tarde, o Decreto nº 9.797/19 foi também revogado, juntamente com o Decreto nº 9.785/19, pelo Decreto nº 9.844, de 25 de junho de 2019, que passou a assegurar o direito ao porte de armas a cerca de 20 categorias profissionais, como políticos eleitos, advogados, caminhoneiros, guardas de trânsito, jornalistas, entre outras.

Ainda em 25 de junho de 2019, foram publicados outros três decretos sobre o tema: dois deles para dispor sobre aquisição, cadastro, registro e posse de armas. O Decreto nº 9.845, relativo às armas da população civil, e o Decreto nº 9.846, para as armas dos caçadores, atiradores e colecionadores. O terceiro, Decreto nº 9.847, revogou o Decreto nº 9.844/19, que havia sido publicado no mesmo dia.

O Decreto nº 9.847/19 praticamente transcreveu o texto da norma revogada, mas sem as prescrições que deferiam o porte de arma a várias categorias profissionais, diante da pressão do Congresso Nacional, que manifestou o entendimento de que o Presidente da República estaria excedendo o poder regulamentar e invadindo espaço de atuação do Poder Legislativo.

O Poder Executivo encaminhou então ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.723 de 2019, que altera a Lei nº 10.826/03, para outorgar o porte de arma de fogo para oficiais de Justiça e oficiais do Ministério Público, bem como para quaisquer outras categorias previstas em regulamento, criando dessa forma previsão legal para que a normatização do tema ocorra por meio de decreto presidencial, o que atualmente é vedado.

Ao longo de 2019, dois decretos mudaram ainda o prazo de entrada em vigor do Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018, que regulamentava a fiscalização de produtos controlados pelo Comando do Exército. O Decreto nº 9.720, de 1 de março de 2019, mudou o prazo inicial de 180 dias após a publicação para 300 dias. O Decreto nº 9.898, de 2 de julho de 2019, fez nova alteração do prazo, dessa vez para 390 dias. Em setembro do mesmo ano, o Decreto nº 9.493/18 foi revogado em sua totalidade pelo Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprovou, finalmente, o regulamento de produtos controlados.

Em resumo, entre os dias 15 de janeiro de 2019 e 30 de setembro de 2019 foram publicados, ao todo, dez decretos alterando substancialmente as normas de acesso a armas de fogo pela população, e encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei prevendo a alteração das normas sobre porte de armas.

A literatura defende que o início de um governo é o momento mais propício para mudanças na agenda (Capella, 2006), já que nenhum outro ator detém recursos institucionais, organizacionais e recursos de comando como o presidente (Almeida, 2018).

No entanto, o excesso de alterações legislativas em um curto espaço de tempo, além de dificultar o acompanhamento das mudanças pela sociedade, coloca em risco a atuação das instituições e dos profissionais responsáveis pela implementação da política pública.

Ainda que seja incontestado o papel dominante do Presidente da República na formulação da agenda, a posse de recursos de poder não é suficiente para determinar o resultado de uma política pública (Almeida, 2018). Os interesses, ambições e tradições particulares dos atores envolvidos na implementação afetam o processo e dão forma aos resultados (Macedo et al., 2016).

O ponto central de qualquer implementação é o comportamento humano (Ollaik, 2011). Nesse sentido, a análise dos fenômenos sociais deve considerar os valores e concepções de mundo dos indivíduos diretamente envolvidos (Lima & D'Ascenzi, 2013).

A multiplicidade de normas publicadas e revogadas em um curto espaço de tempo traz prejuízos à transparência e ao acompanhamento da gestão da política de controle de armas no país, e dificulta o trabalho dos operadores responsáveis pela execução. Cada norma revogada deixa um vácuo temporal em relação à vigência que teve, o que outorga aos implementadores da política pública a possibilidade de decidir conforme suas convicções (Lima & D'Ascenzi, 2013).

Nesse sentido, a colaboração dos profissionais diretamente envolvidos com a tradução dos normativos em medidas concretas desde a elaboração minimizaria os desafios da execução, pois a insegurança jurídica é agravada também pela vigência de normas divergentes, como ocorre com o Decreto nº 9.845/2019 e o Decreto nº 9.847/19. Enquanto o primeiro estabelece a necessidade de apresentação de declaração de efetiva necessidade e declaração de existência de local para armazenamento seguro da arma na residência como requisitos para a aquisição de armas de fogo pela população, o segundo não traz qualquer disposição nesse sentido.

Conhecer a percepção dos policiais federais sobre armas de fogo e determinar os fatores que influenciam a percepção, é o primeiro passo para a elaboração de diagnóstico organizacional sobre o desempenho da Polícia Federal na implementação da política de controle de armas, na medida em

que o que se reconhece como a prática organizacional é a soma das decisões dos seus servidores.

Por essas razões, a presente pesquisa tem como *locus* a Polícia Federal e trata da percepção sobre armas de fogo pelos policiais federais, atores-chave da implementação da política de controle de armas. Essa é uma lacuna de pesquisa, pois não foram encontrados estudos dedicados a conhecer as variáveis contextuais e individuais que exercem influência sobre esse construto. Assim, como forma de preencher essa lacuna, esse trabalho propõe-se a responder ao seguinte questionamento: quais são as percepções de policiais federais sobre armas de fogo e como essa percepção está relacionada com características e experiências pessoais dos policiais? Para responder essa pergunta, foi definido um objetivo geral para a pesquisa, bem como um conjunto de objetivos específicos.

### 1.1. Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é **identificar a percepção de policiais federais em relação às armas de fogo e descrever a relação da percepção identificada com características e experiências pessoais dos policiais.**

Para alcance do objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a percepção dos policiais federais frente à arma de fogo, considerando três fatores: direito, proteção e risco;
- b) Descrever experiências pessoais de uso de arma de fogo por policiais federais;
- c) Identificar características pessoais de policiais federais.

### 1.2. Relevância da pesquisa

A discussão sobre a facilitação do acesso às armas de fogo pela população civil tem despertado crescente interesse e visibilidade no Brasil, o que se evidencia não apenas pelas recentes alterações normativas implementadas pelo Poder Executivo, mas também pelo grande número de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, propondo implementar mudanças no controle sobre armas de fogo no país, seja pela alteração ou mesmo revogação do Estatuto do Desarmamento.

Na pesquisa realizada em 20 de janeiro de 2020, na página eletrônica do Congresso Nacional<sup>1</sup>, por matérias legislativas relacionadas aos termos “arma de fogo”, “porte de arma”, “Lei nº 10.826/03”, “Estatuto do Desarmamento” e “Polícia Federal”, em buscas simples e compostas, foram

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br>.

encontrados os resultados sintetizados no Quadro 1.

QUADRO 1: Projetos de Lei sobre armas de fogo em tramitação no Congresso Nacional em 20/01/2020.

<b>Termos pesquisados</b>	<b>Projetos em tramitação</b>	<b>Prontos para pauta</b>	<b>Total</b>
Arma de fogo	180	14	194
Porte de arma	84	4	88
Lei nº 10.826/03	184	8	192
Estatuto do Desarmamento	87	2	89
Polícia Federal + arma de fogo	47	2	49
Polícia Federal + porte de arma	26	2	28

Fonte: Congresso Nacional (2020).

Conforme ilustrado, ao menos 14 projetos de lei relacionados a armas de fogo encontram-se prontos para análise imediata pelo Congresso Nacional, sendo que quatro deles tratam especificamente sobre o porte de armas de fogo.

Considerando a inter-relação temática entre os termos, o mesmo projeto de lei pode aparecer como resultado de mais de uma das buscas realizadas, mas a análise superficial dos achados permite concluir que, das 194 propostas legislativas que visam inovar no controle de armas no Brasil, 47 estão expressamente relacionadas às atribuições da Polícia Federal.

Significa dizer, nesse ponto, que pelo menos uma em cada quatro propostas sobre armas de fogo no país cria ou extingue atribuições da instituição. Esse número pode ser potencialmente maior, no entanto, já que todos os outros projetos de lei, embora não tenham feito referência expressa à Polícia Federal, podem estar tacitamente relacionados às suas atribuições, já que não se pode inovar no controle de armas no país sem alterar o *mandamus* que lhe foi conferido pela Lei nº 10.826/03, o de principal agente governamental de implementação desta política de segurança pública.

No âmbito da Polícia Federal, a relação das autoridades competentes para autorizar a aquisição e o porte de arma de fogo para a população civil foi fixada pela Instrução Normativa nº 131-DG/DPF, de 14 de novembro de 2018. Segundo estabelecido no normativo interno, nas Unidades Centrais, nas Superintendências Regionais e nas Delegacias de Polícia Federal, invariavelmente, as decisões relacionadas à pretensão de posse ou porte de arma de fogo são privativas de servidores ocupantes do cargo de delegado de Polícia Federal. No entanto, essas decisões são consubstanciadas em pareceres elaborados por servidores ocupantes de outros cargos, razão pela qual mostra-se relevante conhecer a percepção de todo o efetivo policial sobre o tema.

Há basicamente duas posições conflitantes no que concerne à prevalência de armas de fogo na sociedade. Os proponentes de um controle mais rigoroso sobre sua circulação alegam que elas

aumentam a gravidade e letalidade de conflitos banais, estando, dessa forma, diretamente relacionadas às altas taxas de homicídios e lesões decorrentes de violência. Defensores do direito à posse e porte de armas argumentam, por sua vez, que o acesso a armas de fogo por toda a população geraria um efeito dissuasório na criminalidade, em razão de sua eficácia como instrumento de defesa. Em resumo, por um lado, as armas de fogo são vistas como um instrumento de proteção contra a violência, por outro, algumas pessoas as consideram elementos de reprodução da violência que pretendem evitar (Zandominighi et al., 2011).

Devido ao papel de destaque que exercem na implementação de decisões superiores, os gestores públicos acabam assumindo grande parte do escrutínio público, sendo frequentemente confundidos como o órgão a que servem (Saravia et al., 2008). Assim, a percepção desses profissionais sobre a política pública é importante, pois a implementação implicará em uma trajetória de pontos de decisão nas quais expressarão suas perspectivas (Lima & D'Ascenzi, 2013).

Tendo em vista que não há diretrizes formais de implementação da política de controle de armas no país, o que, segundo a literatura, minimizaria a discricão e evitaria a distorção da vontade da autoridade governamental (Lima & D'Ascenzi, 2013), o papel conferido pela Lei nº 10.826/03 à Polícia Federal se perfaz na decisões individuais proferidas pelos policiais federais.

Não foram encontrados estudos dedicados a conhecer as percepções dos policiais federais sobre armas de fogo. A presente pesquisa, na verdade, focaliza um tema que tem sido muito debatido na sociedade, mas cientificamente pouco explorado no Brasil.

As pesquisas empíricas que se debruçaram sobre o tema das armas de fogo, dentre as quais destacam-se as realizadas por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), tradicionalmente estão voltadas para a identificação do perfil de vitimização da violência armada e sua relação com a vulnerabilidade social.

Poucos estudos dedicaram-se ao desenvolvimento e validação de instrumentos ou à identificação de parâmetros psicométricos para testes relacionadas a armas de fogo. Dessa forma, além de contribuir com a literatura empírica que trata da percepção sobre armas de fogo a partir da descrição das atitudes e das experiências dos policiais federais frente a esse instrumento, aderido à própria identidade da função, e apresentar proposições teóricas para estudos futuros, pretende-se que a presente pesquisa propicie a compilação de informações úteis à formulação de estratégias de atuação da instituição em cenários alternativos e a elaboração de políticas públicas que colaborem efetivamente com o enfrentamento da violência e da criminalidade.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo apresenta as referências teóricas que consubstanciaram a elaboração da presente dissertação, e foi estruturado em cinco seções. As duas primeiras dedicam-se à descrição do panorama da violência no Brasil e da relação entre os índices gerais de criminalidade e os crimes praticados com armas de fogo, com a apresentação de dados estatísticos. A terceira seção apresenta uma compilação de estudos empíricos que consubstanciaram a identificação das variáveis úteis à compreensão do objeto em estudo. O quarto tópico apresenta uma revisão dos estudos que se dedicaram à formulação de instrumentos de medida de percepção sobre armas de fogo. Finalmente, a última seção apresenta as variáveis que serão utilizadas na presente pesquisa, identificadas com base na revisão da literatura.

### **2.1. A violência no Brasil**

A violência, cada vez mais, é identificada como um fator que corrói a economia dos países, gerando uma grande pressão sobre os sistemas de saúde, justiça e serviços sociais (Malta et al., 2017). A cada ano, a violência é responsável por mais de cinco milhões de mortes no mundo e os sobreviventes apresentam um incontável número de sequelas mentais ou físicas decorrentes dos ferimentos (Maciel et al., 2016).

O Atlas da Violência 2018 (Cerqueira et al., 2018), produzido pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), concluiu que foram registrados no Brasil 62.517 homicídios em 2016. A taxa de homicídios no Brasil (22,7 para cada 100 mil habitantes) é três vezes maior que a média mundial (6,9 para cada 100 mil habitantes) (Costa et al., 2017). Mesmo não apresentando conflitos armados em decorrência de guerras, o país figurou como o sétimo colocado no ranking mundial dos países campeões em homicídios em 2012 (Maciel et al., 2016).

O risco de vir a ser vítima de homicídio é dez vezes mais elevado do que o de países de alta renda, como França e Estados Unidos (taxas abaixo de 3 para cada 100 mil habitantes), e, surpreendentemente, também mais elevado que o risco verificado em países latino-americanos de renda baixa a média, como Argentina e México (de 3 a 7 para cada 100 mil habitantes) (Malta et al., 2017). Considerando os países da América do Sul, o Brasil tem a terceira maior mortalidade por homicídios, atrás apenas da Venezuela e da Colômbia (Malta et al., 2017).

Desde o final da década de 1970 o Brasil tem registrado um aumento exponencial da violência

e em especial das mortes por homicídios (Trindade et al., 2015). O crescimento avassalador da violência em todas as suas apresentações tem elevando os indicadores de morbidade e mortalidade por causas externas (Sanches et al., 2009).

As causas externas, assim consideradas acidentes e violência, correspondem à terceira causa de óbito na população brasileira, atrás de doenças do aparelho circulatório e câncer, mas constituem a primeira causa de óbito da população até 44 anos de ambos os sexos (Zandominighi et al., 2011). Ao considerar-se a população com idade entre 5 e 45 anos, as mortes causadas por acidentes automobilísticos, agressões em geral, ferimentos por arma de fogo, ferimentos por arma branca e suicídios ocupam o primeiro lugar (Sanches et al., 2009).

As mortes por causas externas no Brasil foram responsáveis por 134.931 óbitos em 1990 e por 168.018 óbitos em 2015, com homicídio como causa principal, seguido por acidentes de transporte, outras causas acidentais e suicídios (Malta et al., 2017). Analisando o período entre 2000 e 2010, mais de 1,4 milhão de pessoas morreram por causas externas, sendo 38% (545,5 mil) em razão de homicídios e 6,5% (92,3 mil) em razão de suicídios (Malta et al., 2017).

Os jovens estão envolvidos em mais de 50% dos homicídios como vítimas embora representem 20% da população total (Zandominighi et al., 2011). Os indivíduos em plena capacidade produtiva compõem a maior parte das vítimas de homicídios e suicídios, o que resulta em altos custos suportados por toda a sociedade (Malta et al., 2017). Conforme se observa, um dos grandes problemas causados pela violência é o fato de que ela vitima principalmente a faixa jovem da população (Trindade et al., 2015). Além dos custos diretos com o tratamento dos pacientes, a economia sofre também a perda potencial de anos de vida produtiva (Todeschini et al., 2013).

É preciso considerar que para cada evento fatal há dezenas de hospitalizações, uma progressão de centenas de atendimentos emergenciais e, ainda, milhares de consultas médicas (Maciel et al., 2016). A mensuração do custo real desses incidentes é muito difícil, pois devem ser considerados os prejuízos econômicos gerados pelo absenteísmo no trabalho e por outros impactos sociais e psicológicos, além dos gastos públicos diretos com o tratamento das vítimas (Maciel et al., 2016). Estimativas do IPEA apontam que em 2004 o custo da violência no Brasil foi de mais de 92 bilhões de reais, ou seja, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) no período (Sanches et al., 2009).

Desse modo, se a violência foi tratada por muito tempo apenas como um problema de segurança pública, o gradativo reconhecimento do seu caráter epidemiológico, em vista dos importantes custos financeiros para indivíduos afetados, famílias e sociedade, tem tornado o tema um problema prioritário de saúde pública (Trindade et al., 2015; Maciel et al., 2016).

## 2.2. A violência por armas de fogo no Brasil

Considerando as causas externas de mortalidade, é inegável a magnitude da relação entre as armas de fogo e a violência na sociedade (Ribeiro et al., 2017). Os traumatismos causados por projétil de arma de fogo representam uma epidemia mundial (Todeschini et al., 2013).

Entre 196 mil e 229 mil pessoas morreram em todo o mundo no ano 2000 em decorrência de perfurações por arma de fogo, em ocorrências não relacionadas a conflitos armados entre países. Avançando no tempo, estimativas globais de 2010 indicaram uma taxa de homicídios e de lesões não intencionais por armas de fogo de 2,5 e de 0,7 por 100 mil habitantes, respectivamente (Santaella-Tenorio et al., 2016). Nos países de renda baixa e média das Américas, as armas de fogo foram utilizadas em 75% de todos os homicídios cometidos em 2012 (Ribeiro et al., 2017).

No Brasil, do total de homicídios cometidos em 2016, 44.475 decorreram do uso de arma de fogo, 71% dos casos. Significa dizer que sete em cada dez homicídios no país são praticados com armas de fogo (Cerqueira, 2018). A análise das séries históricas produzidas no país permite notar o aumento progressivo da utilização de armas de fogo nas ocorrências de agressão, bem como um aumento substancial do número de homicídios decorrentes de lesões provocadas por armas de fogo ao longo dos anos (Trindade et al., 2015).

Segundo Sanches et al. (2009), de 1979 até 1999 as taxas de mortalidade por arma de fogo no Brasil, incluindo homicídios, acidentes e mortes sem intenção determinada, aumentaram três vezes, passando de 6 para 18 por 100 mil habitantes. Em números absolutos, 550 mil pessoas foram vitimadas por arma de fogo no país entre os anos de 1979 e 2003, o que resulta em uma média de 100 vítimas por dia, grande parte crianças. O autor também destaca que foram registradas no Brasil 325.551 mortes por arma de fogo entre 1995 e 2005, número que supera o total de vítimas de 26 conflitos armados no mundo, entre eles a disputa territorial entre Israel e Palestina, que até então tinham feito 125 mil vítimas em 52 anos de conflito (Sanches et al., 2009).

Avaliando o período compreendido entre 1980 e 2010, Trindade et al. (2015) verificaram que em 30 anos a mortalidade por armas de fogo no conjunto da população aumentou 346,5%, mas entre os jovens o crescimento foi ainda mais intenso, de 414% (Trindade et al., 2015). O Brasil foi apontado como o nono país com o maior número de homicídios por projéteis de arma de fogo no mundo em 2010, tendo como vítimas especialmente a população jovem. Em 2012, entre as causas externas que vitimaram os brasileiros, as armas de fogo foram utilizadas em 81,9% dos casos, sendo que 91,9% das vítimas eram adolescentes (10 a 19 anos) do sexo masculino (Maciel et al., 2016).

Verifica-se que entre os jovens, os homens, de modo geral, expõem-se a discussões, desentendimentos e outras situações com risco de ferir-se com arma de fogo mais comumente que as mulheres, o que está diretamente relacionado com a forma de lazer, diversão ou tipo de trabalho que desempenham, e pode ser visto, de certa forma, como um reflexo da cultura sexista que predomina na sociedade brasileira (Maciel et al., 2016).

No ano de 1999 as perfurações por arma de fogo foram responsáveis por 27% dos óbitos decorrentes de causas externas na população em geral, e por 42% dos óbitos da população masculina com idade entre 15 e 19 anos. Para cada mulher vitimada por arma de fogo naquele ano morreram 13 homens (Sanches et al., 2009). Já em 2000 as internações hospitalares por causas externas tinham vítimas com idades entre 15 e 24 anos em 35% dos casos, e em 37% das ocorrências as vítimas tinham idades entre 25 e 39 anos. Homens correspondiam a 84% dos pacientes (Sanches et al., 2009).

As internações por lesões causadas por armas de fogo aumentaram 95% no decorrer da década de 1990, chegando a representar 33,2% de todas as hospitalizações, e eram a causa de internação com a maior taxa de mortalidade hospitalar, 9,7 para cada 100 internações (Zandominighi et al., 2011).

Dados do Sistema Único de Saúde apontam que em 2014, além dos 45.068 homicídios, a utilização de armas de fogo estava associada a 29% das 61.268 ocorrências de internação hospitalar resultantes de agressão e tentativa de suicídio no ano (Ribeiro et al., 2017).

Esse tipo de violência causa a sobrecarga do sistema de saúde, pois tratamentos de emergência, assistência e reabilitação têm valor mais elevado que os procedimentos médicos convencionais (Trindade et al., 2015). Devido à gravidade, as lesões por arma de fogo apresentavam o maior custo, R\$ 892,00 por internação, valor 34,4% mais elevado que todas as internações resultantes de outras formas de agressão (Zandominighi et al., 2011). Os alto ônus envolvido no tratamento deve-se ao fato de que nas lesões cranianas, que correspondem a 20,6% dos traumas de perfuração por arma de fogo, a velocidade do projétil determinará a propensão a ultrapassar a calota craniana, fazendo com que os fragmentos ósseos se transformem em “projéteis secundários”, piorando severamente o prognóstico dos pacientes (Todeschini et al., 2013).

Mesmo quando não se verificam ocorrências fatais, o uso de armas de fogo pode deixar sequelas que aumentam o ônus do estado com internações hospitalares e com a perda de anos da população economicamente produtiva, que corresponde à maioria das vítimas (Sanches et al., 2009).

As ocorrências com armas de fogo têm alta potencialidade de impactar a economia do país, pois incapacitam jovens economicamente ativos, aumentando os gastos com saúde, segurança e previdência social (Maciel et al., 2016), gerando custos que são suportados por toda a sociedade.

### 2.3. Armas de fogo: mapeamento de relações

Neste tópico são apresentadas as abordagens teóricas que foram usadas como suporte ao entendimento do tema deste estudo e orientaram a operacionalização das variáveis utilizadas para o alcance dos objetivos propostos.

Compor o referencial teórico de uma pesquisa relacionadas a armas de fogo é uma tarefa complexa devido à variedade de fenômenos e contextos relacionados ao tema, que permitem a escolha de abordagens teóricas diversificadas.

Além disso, embora a relação entre a prevalência de armas de fogo e as taxas de criminalidade tenha sido objeto de várias investigações na década de 2010, a busca por *proxies* válidas para captar os efeitos dos construtos relacionados às armas de fogo ainda é um desafio para a literatura (Cerqueira, 2014).

Com o objetivo de identificar variáveis e/ou construtos relevantes para a pesquisa, foram realizadas buscas por artigos de periódicos científicos nas bases *Spell*, *Scopus*, *Scielo*, *DOAJ*, *Science Direct*, *Redalyc*, *SAGE Journal on Line*, *Web of Science* e Google Acadêmico, que cobrem as principais publicações nacionais e internacionais sobre o tema. As buscas, nos campos título e resumo, foram orientadas pela combinação das palavras “arma de fogo”, “violência”, “homicídio”, “suicídio”, “crime”, “direito” e “proteção”, bem como suas referências em língua inglesa.

Para a escolha dos artigos foram definidos os seguintes critérios: a) avaliado por pares; b) descrever pesquisas empíricas; c) publicado em revista de qualificação QUALIS/CAPES A1, A2, B1 ou B2, ou ter JCR (fator de impacto) superior a 1,5; d) publicado nos últimos dez anos, ou seja, de 2010 a 2019.

Por fim, a seleção priorizou os artigos nos quais tenham sido identificadas: a operacionalização de construtos e variáveis; a relação entre as variáveis ou construtos e a causalidade proposta na teoria; a robustez dos dados estatísticos e da argumentação qualitativa.

O quadro 2 apresenta uma síntese dos estudos revisados, com indicação do local onde foi realizado, o período e os principais resultados.

QUADRO 2: Estudos sobre armas de fogo e suas relações causais.

Estudo	Localidade	Período	Resultados
Keil et al. (2019)	EUA (Phoenix-Arizona e Philadelphia-Pennsylvania)	2000 a 2006	O exame da amostra de adolescentes infratores condenados revelou que o acesso facilitado a armas de fogo está positivamente relacionado à predisposição para o porte. A disponibilidade de armas de fogo é um fator de risco significativo, que impulsiona o

			porte de armas por jovens considerados de alto risco.
Hamill et al. (2019)	EUA (por estado)	1986 a 2015	Durante o período de estudo, todos os estados adotaram alguma legislação para regular o porte de arma de fogo, com tendência para a adoção de uma legislação menos restritiva ao longo dos anos, não havendo associação significativa entre as mudanças implementadas e as taxas de crimes violentos e indicadores de saúde pública.
Azrael et al. (2018)	EUA (questionário online de âmbito nacional, com taxa de resposta de 55%)	2015	Um em cada três domicílios dos EUA tem ao menos uma arma de fogo, independentemente de haver ou não crianças. Nas famílias com crianças, duas em cada dez armazenam ao menos uma arma carregada e destravada. As mulheres estão mais propensas à prática. Cerca de 7% das crianças dos EUA vivem em casas em que ao menos uma arma de fogo é armazenada carregada e destravada, estimativa maior que o dobro da verificada em 2002, reflexo da mudança na opinião pública em relação à crença de que ter uma arma torna o lar mais seguro, em vez de menos seguro.
Crifasi et al. (2018)	EUA (136 municípios urbanos)	1984 a 2015	As leis de controle de armas foram associadas a uma redução de 14% nos índices de homicídios por arma de fogo em grandes centros urbanos.
Manley et al. (2018)	EUA (Memphis - Tennessee)	1996 a 2016	A análise dos 11.924 atendimentos realizados a pacientes com ferimentos por arma de fogo mostrou uma diminuição da mortalidade com o passar dos anos, mas revelou o aumento do número de ferimentos e lesões multicompartmentais.
Tseng et al. (2018)	EUA (dados agregados)	2000 a 2009	A análise das 27.566 hospitalizações de crianças por lesões causadas por arma de fogo no país revelou que a maioria das vítimas era de adolescentes de 15 a 19 anos (87,3%), do sexo masculino (89,7%) e negros (53,7%). Os acidentes foram inversamente relacionados à idade (59,3% nas idades de 0 a 4 em comparação com 22% em adolescentes), enquanto os assaltos foram positivamente relacionados à idade (31,6% nas idades de 0 a 4 em comparação com 66,6% em adolescentes). Os brancos foram mais propensos a apresentar lesões acidentais (44,6%), e negros e hispânicos lesões decorrentes de agressões (68,2% e 75,6%).
Diez et al. (2017)	EUA (por estado)	1991 a 2015	Os estados que adotaram leis que proíbem indivíduos acusados de violência doméstica de adquirir/possuir armas de fogo apresentaram taxas de homicídios menores que os que não adotaram.
Kalesan & Galea (2017)	EUA (por estado)	1999 a 2013	A taxa de homicídios foi significativamente associada com a taxa de homicídios por arma de fogo de modo geral, não obstante existam amplas diferenças nas taxas de mortalidade por armas nos EUA, a depender do perfil sociodemográfico do estado.
Malta et al. (2017)	Brasil (dados agregados)	1990 a 2015	Houve estabilidade nas taxas de mortalidade por homicídios, com variação percentual de -0,9%, passando de 28,3, em 1990, para 27,8 para cada 100 mil habitantes em 2015. No mesmo período, as taxas de suicídio variaram negativamente em 19%, saindo de 8,1 para 6,6 para cada 100 mil habitantes. No ranking das causas externas de mortalidade predominaram as agressões por arma de fogo, seguidas de acidentes de transporte e lesões autoprovocadas.
Ribeiro et al. (2017)	Brasil (DF e outras 24 capitais)	2014	As lesões provocadas por arma de fogo atendidas em serviços de urgência e emergência brasileiros no ano de 2014 representou 65,1% do total de atendimentos.

Paper et al. (2017)	Brasil (Região Metropolitana de Porto Alegre – RS)	2007 a 2013	O modelo econométrico com dados em painel com 33 municípios mostra que há uma relação positiva e significativa estatisticamente entre a disponibilidade de armas de fogo e os homicídios com armas de fogo na região.
Maciel et al. (2016)	Brasil (Goiânia - GO)	01/2013 a 03/2013	A maioria das vítimas de perfuração por arma de fogo é de homens jovens, usuários de álcool e/ou drogas, em sua maioria envolvidos com o tráfico de entorpecentes
Santaella-Tenorio et al. (2016)	África do Sul, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, EUA, Nova Zelândia, Suíça.	1950 a 2014	Evidências de 130 estudos sugerem que a implementação de leis mais restritivas está associada a reduções nas mortes por arma de fogo, bem como a taxas mais baixas de homicídios cometidos por parceiros íntimos e os acidentes com armas de fogo.
Swedler et al. (2015)	EUA (por estado)	1996 a 2010	Mais de 90% dos homicídios de policiais nos EUA são cometidos com armas de fogo. Os resultados, apoiados em análises de sensibilidade transversal e longitudinal, apontam que as taxas de homicídios de policiais foram 3 vezes maiores em estados com altas taxas de posse de armas, em comparação aos estados com taxas menores. A alta prevalência de armas de fogo representa um risco de mortalidade ocupacional para policiais nos EUA.
Anglemyer et al. (2014)	EUA (16 estados)	2009	O acesso a armas de fogo está associado a um risco maior de cometimento de suicídio, ou de vir a ser vítima de homicídio.
Siegel et al. (2014)	EUA (por estado)	1981 a 2010	Não foi encontrada correlação robusta e estatisticamente significativa entre a posse de armas e as taxas de homicídios de armas de fogo cometidos contra pessoas estranhas, entretanto, verificou-se associação positiva e significativa entre a posse e os homicídios cometidos contra as pessoas do círculo íntimo.
Siegel et al. (2013)	EUA (por estado)	1981 a 2010	Para cada aumento de ponto percentual na posse de armas, a taxa de homicídios por arma de fogo aumentou 0,9%, o que demonstra robusta correlação entre os números. O estudo aponta ainda que Estados com taxas mais elevadas de posse de arma de fogo apresentam um número desproporcionalmente maior de homicídios relacionados com armas de fogo em comparação com o restante do país.
Todeschini et al. (2013)	Brasil (São Paulo – SP)	1991 a 2005	A análise de 181 pacientes atendidos pelo serviço de neurocirurgia de um hospital público em São Paulo, vítimas de perfuração por arma de fogo, revelou que 85% era do sexo masculino, com média de idade de 31,04 anos.
Mello-Silva et al. (2012)	Brasil (Goiânia-GO)	2007	A análise de 95 vítimas de violência interpessoal por arma de fogo no principal hospital referência em atendimento de urgência em Goiânia/GO, no ano de 2007 identificou transtornos de estresse pós-traumático em 60% dos casos.
Domingues et al. (2011)	Brasil (Região Administrativa do DF)	2010	O estudo apontou a presença tanto de fatores de risco quanto de proteção que influenciaram as relações interpessoais e a reorganização do sistema familiar nos primeiros cinco anos após a perda de um jovem vitimado por arma de fogo, relacionados a três núcleos de sentido: os sentimentos frente à perda, a forma como a família lidou com a perda, as mudanças da estrutura familiar em função da perda.

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão da literatura.

Primeiramente, cumpre observar o grande volume de estudos empíricos desenvolvidos nos Estados Unidos nos últimos anos, colocando o país no topo da produção científica sobre o tema, o que em parte se explica pela alta taxa de prevalência de armas no país, a maior do mundo: 35% a 39% das famílias têm armas de fogo e 22% das pessoas alegam possuí-las (Anglemyer et al., 2014).

Outra explicação está no crescente interesse da sociedade americana em debater a necessidade de endurecimento das leis de controle diante da maior atenção da mídia sobre os casos de violência com armas de fogo, sobretudo nos recentes massacres em escolas, universidades e outros espaços públicos (Andrés & Hempstead, 2011) (Kaufman et al., 2018).

No entanto, segundo alerta Cerqueira (2010), em relação à produção científica americana duas características são observadas com frequência: a falta de esclarecimento sobre o tratamento adequado dos problemas de simultaneidade e de variáveis omitidas; e a ambiguidade dos resultados empíricos encontrados. Por exemplo, ainda que a maioria dos autores aponte uma causalidade positiva entre armas e crimes, outros defendem justamente o contrário, a não relação entre armas de fogo e crimes, mas alguns desses últimos afirmam que a presença de armas de fogo aumenta a chance de vitimização dos próprios residentes.

De modo geral, os estudos apontam a alta correlação entre homicídios por perfuração de arma de fogo (PAF) e duas medidas de *proxy* de difusão de armas de fogo, que são a proporção de suicídios por perfuração de arma de fogo e a taxa de acidentes fatais envolvendo o uso de armas de fogo.

Dessa forma, o aumento do número de armas de fogo em circulação na sociedade se faz acompanhar pela expectativa de agravamento do quadro de criminalidade e violência, pois a prevalência de armas está positivamente relacionada às taxas de homicídios e a posse de armas está associada ao aumento do risco de lesões graves, morte acidental, morte por suicídio, bem como ao incremento de 36% na probabilidade de uma pessoa vir a cometer um homicídio (Stroebe, 2016).

Outra constatação interessante dos estudos, para além da associação entre a facilitação do acesso a armas de fogo e o aumento nas taxas de homicídios, suicídios e acidentes, é que a maior disponibilidade de armas de fogo também se relaciona ao aumento da violência doméstica.

Por fim, a revisão das evidências demonstra que a violência praticada com armas de fogo, além dos danos físicos e psicossociais infligidos às vítimas diretas da ação, envolve custos que são suportados por toda a sociedade, como a perda precoce da população economicamente ativa e, assim, da capacidade produtiva do país, e o aumento dos gastos públicos e privados com saúde e segurança, conforme já havia sido destacado no capítulo anterior desse estudo.

#### 2.4. Instrumentos de medida de percepção sobre armas de fogo

Analisada a teoria, nessa etapa da pesquisa foi realizado novo mapeamento da literatura, a fim de obter informações sobre os instrumentos de medida de percepção sobre armas de fogo já testados e definir as estratégias metodológicas empregadas para a coleta e análise dos dados.

Os sentimentos e as crenças que compreendem atitudes são importantes moderadores de diversos comportamentos sociais (Branscombe et al., 1991), o que revela a importância do desenvolvimento de instrumentos que permitam mensurar as percepções em relação às armas de fogo.

Algumas escalas foram desenvolvidas ao longo dos anos para avaliar o papel dos sentimentos e crenças nos comportamentos sociais. Com o propósito de destacar as escalas disponíveis que pudessem ser úteis ao atendimento dos objetivos propostos na pesquisa, procedeu-se à revisão de literatura dos estudos dedicados à mensuração das percepções relacionadas a forma como as armas de fogo são vistas no meio social.

O levantamento de artigos foi realizado em periódicos científicos disponíveis nas bases de periódicos *Spell*, *Scopus*, *Scielo*, *DOAJ*, *Science Direct*, *Redalyc*, *SAGE Journal on Line*, *Web of Science* e Google Acadêmico, por meio de buscas combinadas, nos campos título e resumo, das seguintes palavras-chave: “escala”, “atitude”, “percepção”, “arma de fogo” e “policiais”, e de seus equivalentes em língua inglesa.

Entre os estudos empíricos encontrados, foram selecionados apenas os trabalhos cujos objetivos guardassem relação com a pesquisa de percepções sobre armas de fogo, e que tivessem aplicado ou proposto instrumento para mensuração dos construtos considerados nesta pesquisa.

Após o refinamento, foram selecionados sete estudos, cinco artigos na etapa inicial e, a título de ampliação da abrangência da pesquisa, outros dois artigos referenciados em trabalhos inicialmente selecionados. Os estudos selecionados são apresentados nos parágrafos seguintes.

Branscombe et al. (1991) desenvolveram nos Estados Unidos a “*Attitudes Toward Guns Scale*” (ATGS), escala de atitudes que considera três dimensões relacionadas a armas de fogo: “direito”, “proteção” e “crime”. O fator direito envolve um conjunto abstrato de crenças sobre o direito de a população americana possuir armas de fogo. O segundo fator avalia em que grau as pessoas acreditam que a posse de armas oferece proteção contra o crime. O terceiro fator, por sua vez, avalia em que medida as pessoas acreditam que as armas estimulam o crime. O instrumento contendo 59 itens que cobrem as três dimensões consideradas foi aplicado a um grupo de universitários, sendo 108 homens e 168 mulheres. Foi realizada a análise dos componentes principais

utilizando a rotação Varimax. Os três fatores apresentaram autovalores maiores que 1,9 e explicaram juntos 60,5% da variância. A retenção dos itens que apresentaram carga fatorial superior a 0,50 resultaram na versão final da escala, composta por 17 itens. Segundo os autores, a ATGS possui propriedades psicométricas sólidas, cada subescala apresentou boa confiabilidade e correlações moderadas com a escala total. Os coeficientes de *Cronbach* para subescalas individual oscilaram de 0,78 para o fator “Proteção” a 0,90 para o fator “Direito”. O instrumento vem sendo testado em pesquisas empíricas, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de estratégias de mudança de atitude, que podem variar a depender do fator com o qual os respondentes estejam mais comprometidos (Branscombe, Weir & Crosby, 1991).

Shapiro et al. (1997) desenvolveram, também nos Estados Unidos, o “*Attitudes Toward Guns and Violence Questionnaire*” com o objetivo avaliar as atitudes que favorecem o comportamento violento. Concebido para mensurar as atitudes de jovens de 6 a 29 anos, o questionário foi elaborado inicialmente com 61 itens, contendo afirmações relacionadas armas de fogo, agressão física ou conflitos interpessoais. O instrumento foi aplicado a 1.619 estudantes com idades entre 8 e 17 anos de quatro sistemas escolares demograficamente diversos. A análise fatorial revelou 4 construtos: “resposta agressiva à vergonha”, “conforto com agressividade”, “excitação” e “poder/segurança”. Com a exclusão dos itens com alta carga cruzada, o instrumento foi reduzido para 23 itens. Baixos escores foram associados a uma chance de uma em 125 para posse de arma e altas pontuações foram associadas com uma chance de uma em três. O instrumento apresentou índices satisfatórios de consistência interna (*Alfa de Cronbach* = 0,94), revelando-se como uma medida válida e útil nos estudos de atitudes relacionadas às armas de fogo e violência (Shapiro et al., 1997).

Keinert et al. (2005) elaboraram estudo exploratório com o objetivo de investigar os valores e significados atribuídos às armas de fogo por seus proprietários. Foram encaminhados 6.000 questionários a proprietários de armas de fogo em sete estados brasileiros (Espírito Santo, Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Sul, além de São Paulo e Rio de Janeiro) em 2005, ano do Referendo sobre armas e munições, previsto na Lei n° 10.825/03. O objetivo da pesquisa era verificar em que medida a demanda por armas de fogo estava determinada pela elevação ou flutuação dos índices de violência. Foi assumida a hipótese de que existia uma correlação entre a posse e o porte de armas e o nível de violência local e regional percebido pelos proprietários, e também uma correlação com os índices efetivos de violência regionais e nacionais. Assim, a hipótese tinha como variáveis dependentes: o aumento da procura por armas de fogo e a maior incidência de crimes cometidos por meio de armas de fogo em razão do aumento do estoque de armas. Como variável

independente estava a percepção do aumento da violência local. A influência da cultura regional (por meio de valores e significados), as leis de controle de armas e a segurança com que a arma é guardada (considerando o risco de uso por crianças ou por terceiros) foram consideradas variáveis intervenientes. O questionário continha ao todo 37 perguntas separadas em blocos, a maior parte de múltipla escolha. As respostas confirmaram que a percepção da violência levaria à aquisição de armas de fogo. Embora tenham avaliado suas áreas de residência, majoritariamente, como de baixa ou nenhuma violência, pode-se inferir que a violência (ou sua percepção) na cidade superpõe-se à percepção de baixa violência nas áreas de residência, e essa seria a explicação para o gradativo e constante aumento na aquisição de armas de fogo (Keinert et al., 2005).

Thompson et al. (2006) desenvolveram estudo com o objetivo de avaliar o apoio dos chefes de polícia dos Estados Unidos a vários tipos de medidas de controle de armas de fogo, bem como a percepção das armas de fogo como um problema de saúde pública e a probabilidade de que esses servidores iniciassem atividades em defesa do controle de armas no país. Um questionário composto de 29 itens foi desenvolvido para avaliar o interesse e a exposição a armas de fogo, o envolvimento com a defesa do controle de armas de fogo e características demográficas e de fundo. A pesquisa, realizada em 2005, foi encaminhada por e-mail para uma amostra aleatória nacional de 600 chefes de polícia em cidades com populações maiores que 25 mil habitantes. Os resultados indicam que a maioria dos participantes apoiou onze das quatorze políticas de controle de armas de fogo propostas, muito embora não fossem suscetíveis a participar da maioria das atividades de advocacia em favor do controle de armas. Dos entrevistados, 62% acreditavam que o governo deve fazer tudo o que puder para manter as armas longe das mãos de criminosos, mesmo que isso torne mais difícil a aquisição de armas de fogo pelos cidadãos que cumprem as leis. Segundo os autores, a percepção sobre a necessidade de exercer maior controle sobre as armas de fogo diferem de acordo com o tempo de serviço dos participantes. Policiais com mais de 30 anos de serviço mostraram-se mais propensos a apoiar a limitação do número de armas que podem ser adquiridas, a checagem de antecedentes para os adquirentes e a proibição de porte de arma em locais públicos. Também foram percebidas diferenças no apoio às políticas de controle de armas de acordo com a adesão à *National Rifle Association* (NRA), sendo que os não membros apoiavam mais as políticas de controle de armas de fogo do que aqueles que eram membros. Os autores concluem que o fato de os chefes de polícia apoiarem várias medidas de controle de armas de fogo potencialmente importantes sugere a necessidade de avaliar as intervenções destinadas a aumentar seu papel na formulação de políticas sobre esta importante questão de saúde pública no Estados Unidos (Thompson et al., 2006).

Caneda e Teodoro (2010) investigaram propriedades psicométricas da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA), com a utilização de instrumento elaborado a partir de escalas existentes na literatura internacional sobre a motivação para o uso de armas, em grupos focais compostos por civis e militares no Rio Grande do Sul. Partindo de uma versão inicial de 51 itens, a Escala Motivacional para Porte de Armas foi aplicada em 550 respondentes, 258 homens e 292 mulheres, com idades de 18 a 86 anos. A análise dos dados envolveu análise fatorial exploratória permitiu que se chegasse à versão final com 36 itens, distribuídos em quatro fatores: “proteção”, “risco”, “direito/tradição” e “exposição”, que explicam 48% da variância total e apresentam índices adequados de consistência interna. Os achados demonstraram que os homens apresentaram atitudes mais favoráveis ao porte, com pontuação mais alta nos fatores “proteção” e “direito” do que as mulheres. Os autores concluem ressaltando a necessidade de aplicação da EMPA em diferentes populações e regiões do país, como por exemplo, presidiários ou infratores que fizeram uso de arma de fogo, no intuito de aprimorá-la (Caneda & Teodoro, 2010).

Nascimento et al. (2016) desenvolveram estudo para testar a validade de “Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo” (EAFAF), desenvolvida por Branscombe et al. (1991). Realizado em duas etapas, no primeiro momento, participaram do estudo como respondentes 200 policiais militares do Distrito Federal, escolhidos não-aleatoriamente, dos quais 87,5% do sexo masculino. A análise dos componentes principais indicou estrutura tri-fatorial como no estudo de origem, com *Alfa de Cronbach* de 0,81 para o fator “direito”, 0,76 para “proteção” e 0,65 para “crime”. Na segunda etapa do estudo, procedeu-se a um estudo confirmatório para checar a adequação da EAFAF. Participaram 220 estudantes universitários escolhidos não-aleatoriamente, dos quais 53% do sexo feminino. A análise fatorial confirmatória também ratificou a estrutura tri-fatorial. Os homens apresentaram médias mais altas para os fatores “direito” e “proteção”, e as mulheres para o fator “crime”, o que não variou significativamente de acordo com a idade. Os autores concluem afirmando que a escala apresenta evidências psicométricas favoráveis, mas que poderia ser aperfeiçoada, dentre outros, pela inclusão de itens que cubram toda a extensão das atitudes frente às armas de fogo e pela avaliação da estabilidade temporal e a flutuação diante de eventos históricos identificados (Nascimento et al., 2016).

Por fim, Wombacher e Wallace (2019) examinaram os efeitos da socialização com armas na infância nas atitudes relacionadas a armas de fogo na idade adulta. O estudo aborda a idade, a fonte de exposição inicial (pais, irmãos, parentes) e as percepções de experiências com armas de fogo durante a infância. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 298 estudantes universitários, por

meio de questionário eletrônico composto de 95 itens. Os resultados indicam que as atitudes “pró- armas” na idade adulta estão associadas à exposição na infância bem como ao fato de a arma pertencer a alguém próximo. No entanto, as percepções de experiências com armas de fogo na infância não se mostraram relacionadas à consistência de atitude ao longo dos anos. Os autores concluem destacando a necessidade de que pesquisas futuras considerem outros fatores que podem impactar as percepções sobre armas de fogo ao longo do tempo, como a influência da mídia, por exemplo (Wombacher & Wallace, 2018).

Embora os achados demonstrem a existência de escalas para mensuração de percepções sobre armas de fogo, algumas delas já aplicadas em instituições policiais, na revisão de literatura realizada não foram encontradas investigações cujo objeto fosse a Polícia Federal, o que demonstra que essa é uma lacuna a ser preenchida.

Para pesquisar a percepção de policiais federais em relação às armas de fogo foi utilizada a Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo – EAFAF, criada originalmente por Branscombe et al. (1991) e validada no Brasil por Nascimento et al. (2016), conforme será apresentado na descrição do método.

A escolha do instrumento se deveu à recenticidade do estudo e à robustez dos resultados estatísticos apresentados, bem como à quantidade e qualidade das evidências empregadas na validação do construto.

## **2.5. Identificação de variáveis preditoras**

A revisão das referências teóricas, de produção nacional e internacional, aliada ao conhecimento das variáveis e *proxies* testadas por outros autores permitiu identificar construtos não observados previamente e identificar variáveis pelas quais pudessem ser operacionalizados, a fim de possibilitar o alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

Diversos estudos evidenciam a desigualdade da distribuição da violência entre os gêneros, o que fica demonstrado pela identificação do perfil de vítimas e agressores. Em ambos os polos, observa-se a absoluta prevalência de indivíduos do sexo masculino, jovens, geralmente com idade inferior a 30 anos (Tseng, 2018; Malta, 2017; Nascimento et al., 2016; Maciel et al., 2016; Fowler, 2015; Tasigiorgos, 2015; Trindade, 2015; Lee, 2014; Todeschini, 2013; Zandominighi et al., 2011; Caneda & Teodoro, 2010; Sanches et al., 2009; Branscombe et al., 1991). Assim, podemos concluir que os fatores sexo e idade têm potencial influência na percepção sobre armas de fogo.

Estudos dedicados à análise das causas externas de mortalidade frequentemente apontam a prevalência de armas de fogo como um fator relevante, já que sua presença estaria associada ao aumento potencial do risco de acidentes, inclusive com crianças (Tseng et al., 2018; Santaella-Tenorio et al., 2016); da gravidade dos conflitos interpessoais e de violências cometidas dentro do círculo íntimo (Diez et al., 2017; Ribeiro et al., 2017; Siegel et al., 2014); e da mortalidade decorrente de violências interpessoais e autoprovocadas, como homicídios e suicídios (Santaella-Tenorio et al., 2016; Anglemeyer et al., 2014; Siegel et al., 2013).

Nesse contexto, fatores relativos ao estado civil, que deve ser entendido, em aspecto amplo, como o complexo de qualidades referentes à ordem pública, à ordem privada e à ordem física do indivíduo, como a filiação religiosa, a disponibilidade de armas de fogo na residência e a presença de crianças, dentre outros, também podem apresentar relação preditiva significativa com a percepção sobre armas de fogo.

A exposição a armas de fogo na infância também foi apontada como um fator de influência da percepção sobre armas de fogo, indicando que a idade e a fonte do contato inicial, especialmente quando no meio familiar, estariam associadas a atitudes “pró-armas” na idade adulta (Wombacher & Wallace, 2018; Azrael et al., 2018).

Outros estudos identificaram o tempo de serviço policial como um fator de relevante influência na percepção sobre armas de fogo, sendo que os policiais mais experientes tendem a adotar atitude mais favorável ao controle sobre a circulação de armas de fogo (Thompson et al., 2006).

Entre policiais americanos, a associação à *National Rifle Association (NRA)*, que em análise paralela no Brasil poderia corresponder à filiação a clube de tiro ou ao registro como caçador, atirador ou colecionador junto ao Exército Brasileiro, foi apontada como um fator de influência na percepção sobre armas de fogo. Policiais não associados apresentaram atitude mais favorável às medidas de controle de armas do que os associados (Thompson et al., 2006).

Segundo a literatura analisada, percebeu-se também que padrões espaciais se correlacionam com o aumento ou diminuição dos índices de violência, significativamente associados à taxa de homicídios por arma de fogo (Crifasi et al., 2018, Kalesan & Galea, 2017; Miller et al., 2017), inclusive de policiais (Swedler et al., 2015). Nesse sentido, considerando as grandes diferenças regionais verificadas no Brasil, a percepção sobre armas de fogo pode variar de acordo com a região ou o estado do país.

Por fim, parte dos estudos empíricos revisados abordou temas relacionados à repercussão da violência na qualidade de vida das vítimas diretas e indiretas, e os sintomas de estresse pós traumático

desencadeados pelas incapacidades físicas e perdas sofridas (Costa et al., 2017; Domingues & Dessen, 2013; Mello-Silva et al., 2012; Domingues et al., 2011), o que indica que a vitimização e a exposição a episódios de violência podem deixar cicatrizes psicológicas em maior ou menor grau, e prever, de alguma forma, a percepção sobre armas de fogo.

Identificadas preliminarmente algumas das variáveis preditoras consideradas no estudo, o detalhamento será feito no capítulo seguinte, que abordará o método de pesquisa.

### 3. MÉTODO

Esse capítulo descreve os procedimentos metodológicos empregados para alcançar os objetivos propostos pelo estudo. Serão detalhados o *locus* e o *focus* da pesquisa, sua descrição geral e abordagem, a apresentação da organização estudada, a caracterização da população e critérios de seleção da amostra, os procedimentos de coleta e análises dos dados.

A primeira etapa da pesquisa, de cunho teórico, compreendeu a revisão da literatura com o objetivo de identificar as escalas de medida de percepção sobre armas de fogo já desenvolvidas. Entre as escalas revisadas, a que melhor se adequa aos objetivos da pesquisa é a Escala de Atitudes Frente à Arma de Fogo (EAFAF), desenvolvida por Branscombe, Weir e Crosby (1991), e validada no Brasil por Nascimento, Pimentel e Adaid-Castro (2016). Já a fase empírica compreendeu a abordagem quantitativa, com a tentativa de compreensão do construto por meio da análise numérica dos dados coletados.

A coleta dos dados ocorreu na forma de um *survey*, com a aplicação de instrumento de pesquisa do tipo questionário junto à população, por período de tempo delimitado de 30 dias, entre os meses de novembro e dezembro de 2019, o que caracteriza seu recorte transversal.

A pesquisa foi concretizada em amostragem por conveniência, com o objetivo de aumentar as possibilidades de que as conclusões apresentadas fossem tão próximas quanto possível da realidade estudada, já que não se poderia chegar a uma análise censitária, exauriente do fenômeno, tendo em vista a distribuição geográfica dos destinatários do instrumento de pesquisa, integrantes da carreira policial federal.

Contudo, os resultados alcançados permitem uma abordagem exploratória que conduza a reflexões úteis, tendo em vista que estão representados todos os subconjuntos da população, conforme detalhado na seção seguinte.

#### 3.1. Descrição da organização, perfil da população e amostra

A Polícia Federal foi escolhida como organização a ser estudada, primeiramente, em razão das atribuições relacionadas à implementação da política pública de controle sobre as armas de fogo em circulação no país, conforme detalhado na introdução desse trabalho.

Outra razão a ser considerada é que a atribuição de um *status* de pesquisa institucional por parte da Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal possibilitou o acesso aos servidores e a outros elementos de informação relevantes para o desenvolvimento do estudo proposto.

Por fim, outro fato importante reside na possibilidade de identificar peculiaridades regionais que possam ter impacto sobre os construtos em análise, tendo em vista a potencial participação de respondentes de todas as regiões do país, já que a Polícia Federal conta com 125 unidades cuja distribuição está ilustrada no Quadro 3:

QUADRO 3: Distribuição das unidades da Polícia Federal.

UF	Cidade
<b>Região Norte (21)</b>	
Acre (3)	Rio Branco*, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia;
Amapá (2)	Macapá*, Oiapoque;
Amazonas (2)	Manaus*, Tabatinga;
Pará (5)	Belém*, Altamira, Marabá, Redenção, Santarém;
Rondônia (4)	Porto Velho*, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Vilhena;
Roraima (3)	Boa Vista*, Pacaraima, Bonfim**;
Tocantins (2)	Palmas*, Araguaína;
<b>Região Centro-Oeste (16)</b>	
Distrito Federal (2)	Brasília* ***
Goiás (3)	Goiânia*, Anápolis, Jataí;
Mato Grosso (5)	Cuiabá*, Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis, Sinop;
Mato Grosso do Sul (6)	Campo Grande*, Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã, Três Lagoas;
<b>Região Sudeste (34)</b>	
Espírito Santo (3)	Vila Velha*, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus;
Minas Gerais (8)	Belo Horizonte*, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia, Varginha;
Rio de Janeiro (7)	Rio de Janeiro*, Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Volta Redonda;
São Paulo (16)	São Paulo*, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Campinas, Cruzeiro, Jales, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião, Sorocaba;
<b>Região Sul (30)</b>	
Paraná (9)	Curitiba*, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa;
Santa Catarina (7)	Florianópolis*, Chapecó, Criciúma, Dionísio Cerqueira, Itajaí, Joinville, Lages;
Rio Grande do Sul (14)	Porto Alegre*, Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja, Uruguaiana;
<b>Região Nordeste (24)</b>	
Alagoas (1)	Maceió*
Bahia (7)	Salvador*, Barreiras, Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro, Vitória da Conquista, Feira de Santana**;
Ceará (2)	Fortaleza*, Juazeiro do Norte;
Maranhão (3)	São Luiz*, Caxias, Imperatriz;
Paraíba (3)	João Pessoa*, Campina Grande, Patos;
Pernambuco (3)	Recife*, Caruaru, Salgueiro;

Piauí (2)	Teresina*, Paranaíba;
Rio Grande do Norte (2)	Natal*, Mossoró;
Sergipe (1)	Aracajú*.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações disponíveis em <http://www.pf.gov.br>.

\* Superintendência Regional

\*\* Posto Avançado

\*\*\* Edifício Sede

A Polícia Federal está dividida em um Edifício Sede, localizado em Brasília/DF; 27 Superintendências Regionais, uma em cada estado; 95 Delegacias de Polícia, instaladas em municípios situados na faixa de fronteira terrestre ou em localização considerada estratégica; e dois Postos Avançados, que são unidades em estágio de avaliação para instalação de delegacia.

Para cumprir sua missão institucional, a Polícia Federal está estruturada em carreira composta pelos cargos de Agente de Polícia Federal (APF), Delegado de Polícia Federal (DPF), Escrivão de Polícia Federal (EPF), Papiloscopista Policial Federal (PPF) e Perito Criminal Federal (PCF), cujas atribuições estão previstas na Constituição Federal, no Código de Processo Penal, na Lei nº 12.830/13 e na Portaria nº 523/89 – MPOG. Em todos os casos, a carreira está escalonada em quatro níveis, nessa ordem de progressão: terceira classe, segunda classe, primeira classe e classe especial.

Segundo o Portal da Transparência, mantido pela Controladoria Geral da União, a Polícia Federal contava, segundo dados atualizados em novembro de 2019, com um total de 10.732 servidores integrantes da carreira policial em atividade.

Com base nessa população total, considerando o critério de significância estatística e adotando-se 95% como intervalo de confiança, com 5% de margem de erro, a pesquisa deveria contar com uma amostra aleatória mínima de 371 respondentes. Já para a adoção do intervalo de confiança de 99%, seria necessária uma amostra mínima de 627 participantes. A amostra final do estudo totalizou 801 respondentes.

No que se refere ao perfil da amostra de 801 participantes, verificou-se a predominância do sexo masculino (90,1%), o que reflete com muita proximidade a distribuição dos gêneros no efetivo da Polícia Federal.

Com relação à idade dos respondentes, percebeu-se uma grande variação, indo de menos de 30 a mais de 60 anos de idade, sendo 27,3% da amostra formada por pessoas com idade entre 41 e 45 anos. A soma dos grupos com idade igual ou inferior a 40 anos soma apenas 33,6% da amostra, o que nos permite concluir que dois terços dos participantes têm mais de quarenta anos de idade.

Ainda em relação ao perfil da amostra, verificou-se que 66,2% dos respondentes são casados, 69,2% são brancos, 44,8% são católicos e 22,1% se autodeclararam com ateus ou agnósticos. Com relação ao número de filhos, 33,2% dos participantes têm dois filhos, e 30,8% não têm filhos.

No que diz respeito ao tempo de atividade na Polícia Federal, observou-se também um grande intervalo, que varia de 1 a 42 anos, sendo que 13,1% da amostra têm 17 anos de serviço no órgão (média de 13,77 anos), o que se encontra também em equivalente proporção à distribuição na população estudada. Em relação à escolaridade, observou-se que 50,7% dos participantes possuem graduação e 38,6% pós-graduação.

Quanto ao cargo ocupado pelo respondente, obteve-se que 50,3% da amostra é formada por Agentes de Polícia Federal, o que está de acordo com a distribuição por cargos verificada no efetivo da instituição, conforme sintetizado na Tabela 1.

TABELA 1: Distribuição da população e amostra por cargo.

Cargo	População (N=10.732)		Amostra (N=801)		Frequência em relação ao total por cargo
	Policiais	%	Respondentes	%	
Agente de Polícia Federal	5.854	54,55	403	50,31	6,88 %
Delegado de Polícia Federal	1.552	14,46	197	24,59	12,69 %
Escrivão de Polícia Federal	1.793	16,71	88	10,99	4,91 %
Papiloscopista Policial Federal	452	4,21	33	4,12	7,30 %
Perito Criminal Federal	1.081	10,07	80	9,99	7,40 %

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal.

Finalmente, no que se refere à origem dos participantes, verificou-se que em números absolutos o maior número de respondentes está lotado no Distrito Federal, 16,7% da amostra, total que representa, no entanto, 8,51% do efetivo policial reunido nas duas unidades de Brasília: a Superintendência Regional e o Edifício Sede da Polícia Federal. Em números relativos, o estado com o maior número de participantes foi Mato Grosso, onde 12,73% do efetivo se dispôs a participar do estudo, não obstante correspondam a apenas 4,24% da amostra, conforme ilustra a Tabela 2.

TABELA 2: Distribuição da população e amostra por UF.

UF	População (N=10.732)		Amostra (N=801)		Frequência em relação ao total por UF
	Policiais	%	Respondentes	%	
<b>Região Norte</b>					
Acre	163	1,52	18	2,25	11,04 %
Amapá	95	0,88	12	1,50	12,63 %
Amazonas	190	1,77	14	1,75	7,37 %
Pará	299	2,79	20	2,50	6,69 %

Rondônia	215	2,00	15	1,87	6,98 %
Roraima	124	1,16	13	1,62	10,48 %
Tocantins	117	1,09	8	0,99	6,84 %
Total	<b>1.203</b>	<b>11,21 %</b>	<b>100</b>	<b>12,48 %</b>	-----
<b>Região Centro-Oeste</b>					
Distrito Federal	1.574	14,67	134	16,73	8,51 %
Goiás	219	2,04	9	1,12	4,11 %
Mato Grosso	267	2,49	34	4,24	12,73 %
Mato Grosso do Sul	383	3,57	34	4,24	8,88 %
Total	<b>2.443</b>	<b>22,77 %</b>	<b>211</b>	<b>26,33 %</b>	-----
<b>Região Sudeste</b>					
Espírito Santo	266	2,48	14	1,75	5,26 %
Minas Gerais	671	6,25	43	5,37	6,41 %
Rio de Janeiro	977	9,10	51	6,37	5,22 %
São Paulo	1.275	11,88	77	9,61	6,04 %
Total	<b>3.189</b>	<b>29,71 %</b>	<b>185</b>	<b>23,10 %</b>	-----
<b>Região Sul</b>					
Paraná	753	7,02	57	7,12	7,57 %
Santa Catarina	421	3,92	49	6,12	11,64 %
Rio Grande do Sul	619	5,77	56	6,99	9,05 %
Total	<b>1.793</b>	<b>16,71 %</b>	<b>162</b>	<b>20,23 %</b>	-----
<b>Região Nordeste</b>					
Alagoas	132	1,23	7	0,87	7,57 %
Bahia	358	3,34	39	4,87	10,89 %
Ceará	379	3,53	21	2,62	5,54 %
Maranhão	182	1,70	12	1,50	6,52 %
Paraíba	234	2,18	12	1,50	5,13 %
Pernambuco	322	3,00	22	2,75	6,83 %
Piauí	144	1,34	6	0,75	4,17 %
Rio Grande do Norte	233	2,17	17	2,12	7,30 %
Sergipe	120	1,12	7	0,87	5,83 %
Total	<b>2.104</b>	<b>19,61 %</b>	<b>143</b>	<b>17,85 %</b>	-----

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal.

### 3.2. Instrumentos e técnicas de coleta de dados

Os dados que compõem a presente pesquisa foram coletados por intermédio de instrumento eletrônico de pesquisa do tipo questionário (Apêndice 1), disponibilizado na rede mundial de computadores (*internet*), com o auxílio da ferramenta *GoogleForms*.

O *link* de acesso ao questionário de pesquisa foi encaminhado diretamente ao e-mail funcional de todos os servidores policiais ativos da Polícia Federal pela Divisão de Comunicação Social, a fim de ratificar a anuência da Diretoria de Gestão de Pessoal do órgão com a realização do presente estudo.

Adicionalmente, acompanhava o *link* de acesso ao instrumento de pesquisa uma carta de apresentação contendo informações sobre os objetivos propostos, bem como sobre o compromisso

com a manutenção do caráter absolutamente espontâneo e anônimo da participação na pesquisa, cujos resultados seriam utilizados para fins estritamente acadêmicos. Foi incluído ainda o *e-mail* da autora, com a informação sobre a predisposição em sanar dúvidas sobre a pesquisa e divulgar aos interessados os resultados encontrados.

O questionário apresentado aos respondentes foi estruturado de modo a impedir a ocorrência de casos omissos (não preenchimento de itens), e dividido em três blocos compostos por questões de múltipla escolha.

O primeiro bloco de questões continha a Escala de Atitudes Frente à Arma de Fogo (EAFAF) validada por Nascimento et al. (2016), composta por 17 itens que abrangem as dimensões de três fatores relacionados a armas de fogo: direito, proteção e crime. O instrumento é mensurado por uma escala *Likert*, de 8 pontos, onde 1 representava a mais baixa discordância, e 8 a mais alta concordância.

As questões do segundo bloco tinham o objetivo de reunir informações sobre as experiências relacionadas ao uso de arma de fogo pelos respondentes, dentre as quais o registro de propriedade de armas, a participação em associações ou clubes de tiro, bem como seus hábitos de manuseio e porte, em serviço e fora de serviço, e o histórico de lesões físicas causadas por armas de fogo, próprias e em terceiros.

Por fim, o terceiro bloco agrupava as questões relacionadas às variáveis sociodemográficas, cujo objetivo era conhecer o perfil dos participantes da pesquisa, a partir de informações como sexo, faixa etária, estado civil, regiões de origem e de atual lotação, nível de escolaridade, número de filhos, grau de religiosidade.

A elaboração do instrumento de pesquisa iniciou-se com a utilização do marco teórico desenvolvido para identificar fatores influenciadores da percepção sobre armas de fogo, os quais alicerçaram a adoção de variáveis que pudessem operacionalizar esse suposto efeito.

Considerando os objetivos da pesquisa, como a EAFAF encontrava-se já previamente construída e validada, as percepções frente à arma de fogo, considerados os fatores crime, direito e proteção, foram adotadas como variáveis dependentes.

Não foram encontradas pesquisas que mensurassem o efeito das experiências na percepção sobre as armas de fogo. Assim, foi necessário construir o instrumento de medida de experiências relacionadas a armas de fogo.

Com base na revisão de literatura, foram identificadas as variáveis preditoras, de experiência e sociodemográficas, potencialmente influentes na percepção sobre armas de fogo, conforme ilustra no Quadro 4.

QUADRO 4: Variáveis de experiência e sociodemográficas.

<b>Experiência</b>	
1	Tempo de atividade.
2	O fato de já haver ocupado outro cargo de natureza policial ou militar anteriormente.
3	A idade do primeiro contato com arma de fogo.
4	O número de armas que o policial possui.
5	A frequência do porte de arma.
6	A frequência do treinamento de tiro.
7	O fato de ter precisado fazer uso de arma de fogo em uma circunstância de perigo real em serviço.
8	O fato de ter precisado fazer uso de arma de fogo em uma circunstância de perigo real fora de serviço.
9	O fato de já ter sofrido lesão decorrente do uso de arma de fogo.
10	O fato de já ter presenciado outro policial sofrer lesão decorrente de uso de arma de fogo
<b>Sociodemográficas</b>	
11	Sexo
12	Faixa etária.
13	Estado civil.
14	Número de filhos.
15	Cor/etnia.
16	Escolaridade.
17	Grau de religiosidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

A formulação das questões que compõem a segunda parte do questionário iniciou-se com levantamento no referencial teórico sobre os instrumentos de medida de percepções relacionadas a armas de fogo.

Com base na análise da literatura foram elaboradas questões destinadas a coletar informações sobre os hábitos de porte de arma de fogo e treinamento de tiro dos policiais, seu histórico de uso de arma de fogo em situações de perigo real, vivenciadas em serviço e fora de serviço, bem como a existência de eventuais eventos traumáticos relacionados ao uso de arma de fogo, como haver sofrido lesão ou haver presenciado outra pessoa ser lesionada por arma de fogo, acidental ou intencionalmente.

Foram acrescidas a essa parte também questões pessoais (número de armas, registro como CAC, idade do primeiro manuseio) e profissionais (tempo de serviço, cargo) relacionadas à experiência com armas de fogo. O conjunto de valores possíveis para cada item foi organizado de maneira a descrever a ação adotada ou o fato testemunhado em ordem de menor para maior frequência ou, quando aplicável, em uma escala de menor para maior gravidade.

Em seguida, os 13 itens resultantes foram submetidos ao grupo de juízes composto por instrutores do Serviço de Armamento e Tiro da Academia Nacional de Polícia, para avaliação da pertinência teórica e prática do conteúdo.

Por fim, foram adicionados ao instrumento 10 itens relacionados às variáveis sociodemográficas, com o objetivo de obter critérios de segmentação relevantes, com ênfase àqueles que a literatura costuma apontar como influentes na percepção de armas de fogo, como o sexo, a idade, a religião, o número de filhos, dentre outros. Os respectivos conjuntos de valores possíveis foram elaborados a partir de consulta ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de garantir a adequação linguística dos termos utilizados, evitando conotações e ambiguidades.

O instrumento completo foi, então, aplicado a um grupo de dez servidores, ocupantes de diferentes cargos da carreira policial e situados em diferentes classes da hierarquia funcional, visando garantir sua fácil compreensão por todos os respondentes e evitar a ocorrência de viés semântico.

Após a implementação das alterações sugeridas, a versão final do Questionário de Percepção sobre Armas de Fogo, instrumento utilizado para a coleta dos dados quantitativos do presente estudo, contou com 40 itens, divididos em três blocos de questões, que para as análises detalhadas nos capítulos seguintes se convencionou referenciar: EAFAF (variáveis dependentes), experiência (variáveis preditoras) e sociodemográficas (variáveis de controle).

### **3.3. Técnicas de análise de dados**

Encerrada a fase de coleta dos dados, os registros do *GoogleForms* foram extraídos na forma de uma planilha para análise e tratamento inicial dos dados com a utilização do Excel. O tratamento e análise dos dados incluiu a análise de dados faltantes e a conversão de todas as perguntas em variáveis, bem como das respectivas respostas em escala numérica (Apêndice 2).

Transposta para o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), a tabela resultado do tratamento inicial dos dados deu origem à base de dados utilizada na análise dos resultados da presente pesquisa.

Procedeu-se, nesse ponto, à realização de testes de normalidade e homogeneidade (*Kolmogorov-Smirnov*), bem como à identificação de *outliers*.

Para tanto, optou-se pelo teste de *Mahalanobis* (Tabachnick & Fidell, 2014), que permitiu a exclusão de 35 observações com valores considerados extremos, de forma que a amostra remanescente, utilizada para as análises seguintes, foi de 766 respondentes.

Na sequência, realizou-se a análise descritiva das variáveis, com apresentação de medidas de tendência central, dispersão, amplitude e distribuições de frequência obtidas.

Em seguida, foram utilizadas técnicas de análise fatorial exploratória - AFE, para extrair o número de fatores a reter da EAFAP, a fim de confirmar a estrutura fatorial encontrada por Nascimento et al. (2016).

Por fim, foram estimados modelos de regressão linear para explicar os fatores da EAFAP (variáveis dependentes) com base nas variáveis sociodemográficas e de experiência.

Os resultados das análises estatísticas implementadas são apresentados e discutidos no capítulo seguinte.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise descritiva dos itens da Escala de Atitudes Frente à Arma de Fogo – EAFAF, seguidos da análise fatorial exploratória. Por fim, são apresentados os resultados da análise de regressão linear.

### 4.1 Análise descritiva das variáveis

As estatísticas descritivas dos itens da EAFAF estão detalhadas na Tabela 3. Os itens tiveram sua pontuação dimensionada por meio de uma escala tipo Likert de oito pontos, onde a marcação 1 indicava o mais alto grau de discordância da afirmação (“discordo totalmente”), e a marcação 8 indicava o mais alto grau de concordância (“concordo totalmente”).

TABELA 3: Estatísticas descritivas dos itens da EAFAF.

	Variável	Média	D. Padrão
1	Muitos assassinatos não ocorreriam se uma arma não estivesse disponível.	4,59	2,409
2	Os criminosos não atacam pessoas que possuem armas.	4,26	2,069
3	A única maneira de garantir que você não será vítima de um crime é possuir uma arma de fogo.	2,81	1,842
4	Lojistas que têm armas de fogo em suas instalações têm menor probabilidade de serem assaltados do que aqueles que não têm.	4,32	2,094
5	O direito de portar armas é uma liberdade importante que os brasileiros deveriam assegurar.	4,93	2,505
6	As pessoas deveriam poder ter armas de fogo em suas casas.	6,14	2,071
7	Eu deveria conseguir facilmente uma arma, se quisesse uma.	3,77	2,263
8	A posse de armas é um valor básico do brasileiro.	4,33	2,353
9	Pessoas cometem suicídio frequentemente devido às armas de fogo estarem disponíveis.	3,22	1,985
10	A proibição de possuir armas representa uma violação à Constituição brasileira.	4,49	2,428
11	As pessoas deveriam ser capazes de possuir armas, porque muitas as usam para fins desportivos.	4,20	2,092
12	Armas estimulam a criminalidade.	3,41	2,081
13	Quando você tem uma arma, pode parar de se preocupar em ser vítima de crime.	1,82	1,170
14	Possuir uma arma diminui as chances de uma pessoa ser vítima de crime.	3,84	2,186
15	Independentemente de seu potencial de lesão, é direito de cada pessoa decidir ter ou não uma arma.	5,28	2,377
16	O acesso fácil a armas de fogo é provável resultar em um aumento da taxa de crime.	3,99	2,220
17	É muito fácil matar quando se tem armas disponíveis.	4,47	2,078

Fonte: Dados da pesquisa.

N=766.

Os itens da EAFAP apresentaram médias variando de 1,82 (DP = 1,170; Item 13. Quando você tem uma arma, pode parar de se preocupar em ser vítima de crime) a 6,14 (DP = 2,071; Item 6. As pessoas deveriam poder ter armas de fogo em suas casas.)

No que se refere às variáveis utilizadas para descrever as dimensões da experiência dos policiais federais com armas de fogo, merece destaque a grande amplitude do tempo de atividade, com mínimo de 1 e máximo de 42 anos, e média de 13,7 anos de atividade na Polícia Federal. A Tabela 4 mostra as frequências absolutas e percentuais das variáveis sociodemográficas e de experiência dos policiais federais com armas de fogo.

TABELA 4: Frequência de resposta das variáveis de experiência.

Variável	Resposta	Frequência	%
Cargo	Agente de Polícia Federal (APF)	383	50,0
	Delegado de Polícia Federal (DPF)	189	24,7
	Escrivão de Polícia Federal (EPF)	85	11,1
	Papiloscopista Policial Federal (PPF)	32	4,2
	Perito Criminal Federal (PCF)	77	10,1
Cargo anterior	APF, EPF, PPF	39	5,1
	Investigador, Escrivão ou Papiloscopista da PC	43	5,6
	Delegado ou Perito da PC	11	1,4
	Policia Militar (PM)	11	1,4
	Militar das Forças Armadas	89	11,6
	Policia Rodoviário Federal (PRF)	16	2,1
	Agente Penitenciário Federal	2	0,3
	Agente Penitenciário dos Estados ou DF	11	1,4
	Guarda Municipal	2	0,3
Nenhum destes cargos	542	70,8	
Idade do primeiro contato	Até 10 anos	61	8
	Entre 11 e 15 anos	137	17,9
	Entre 16 e 20 anos	164	21,4
	Entre 21 e 25 anos	159	20,8
	Entre 26 e 30 anos	150	19,6
	Entre 31 e 35 anos	58	7,6
	Entre 36 e 40 anos	17	2,2
	Mais de 40 anos	20	2,6
Quantidade de armas	Nenhuma	330	43,1
	Uma	208	27,2
	Duas	122	15,9
	Três	45	5,9
	Quatro	30	3,9
	Cinco	7	0,9
	Seis	5	0,7
	Mais de seis	19	2,5
Membro de clube de tiro	Não	701	91,5

	Sim	65	8,5
Registro como CAC	Não	688	89,8
	Sim	78	10,2
Frequência de porte	Não porta	7	0,9
	Eventualmente, apenas em serviço	133	17,4
	Todos os dias, apenas em serviço	46	6,0
	Todos os dias em serviço, fora, eventualmente	245	32,0
	Todos os dias, em qualquer circunstância	335	43,7
Frequência de treino	Uma vez por mês	126	16,4
	Uma vez a cada seis meses	391	51,0
	Uma vez por ano	200	26,1
	Está há dois anos sem praticar	35	4,6
	Está há cinco anos sem praticar	10	1,3
	Está há dez anos sem praticar	4	0,5
Uso em serviço	Nunca precisou sacar	218	28,5
	Sacou, mas não disparou	313	40,9
	Efetou disparos de advertência	97	12,7
	Disparou contra alguém, sem alvejar	84	11,0
	Alvejou alguém, sem óbito	39	5,1
	Alvejou alguém que veio a óbito	15	2,0
Uso fora de serviço	Nunca precisou sacar	410	53,5
	Sacou, mas não disparou	243	31,7
	Efetou disparos de advertência	40	5,2
	Disparou contra alguém, sem alvejar	35	4,6
	Alvejei alguém, sem óbito	25	3,3
	Alvejou alguém que veio a óbito	13	1,7
Sofreu lesão	Nunca foi atingido	741	96,7
	Foi atingido acidentalmente	4	0,5
	Foi atingido intencionalmente	17	2,2
	Feriu-se acidentalmente com a própria arma	4	0,5
	Feriu-se intencionalmente com a própria arma	0	0
Presenciou lesão	Nunca presenciou um colega ser atingido	667	87,1
	Viu um colega ser atingido acidentalmente	22	2,9
	Viu um colega ser atingido intencionalmente	51	6,7
	Viu um colega se ferir acidentalmente	18	2,3
	Viu um colega se ferir intencionalmente	8	1,0

Fonte: Dados da pesquisa.

N=766.

A Tabela 4 mostra que 50% dos policiais que integram a amostra ocupam o cargo de Agente de Polícia Federal, o que revela bastante proximidade com o percentual de 54% de ocupantes do cargo na população total de policiais.

A maioria absoluta dos participantes, 70,8%, não tinha ocupado outro cargo de natureza policial ou militar antes de integrar o efetivo da Polícia Federal, e 11,6% atuaram como militar das Forças Armadas.

No que se refere à idade em que tiveram o primeiro contato direto com uma arma de fogo, 21,4% da amostra afirmaram que ocorreu entre os 16 e 20 anos de idade. A proporção é bastante próxima dos que informaram haver sido entre os 21 e 25 anos de idade (20,8%), e entre 26 e 30 anos de idade (19,6%). Em relação a esses dois últimos grupos, observa-se um paralelismo com a faixa etária dos servidores recém aprovados nos concursos da instituição.

Os dados revelam que 43,1% dos participantes não têm a propriedade de nenhuma arma de fogo, o que impede concluir que desempenham suas atividades cotidianas utilizando a arma de fogo acautelada pela Polícia Federal. Outros 27,2% afirmam serem proprietários de apenas uma arma, e apenas 2,5% da amostra informaram ter a propriedade de mais de seis armas de fogo.

Cumprindo observar, neste ponto, que não obstante as armas de fogo sejam normalmente vistas como um instrumento de trabalho dos policiais, já que o porte está relacionado à operacionalização de várias atribuições institucionais, e os policiais, de modo geral, contem com uma legislação menos restritiva que a aplicada à população civil para a aquisição de armas, esses fatores parecem não refletir diretamente no incremento do acervo pessoal dos policiais federais, que têm a média de 1,18 armas. Corroborando essa impressão, os dados revelam que apenas 8,5% dos participantes são associados ou membros de algum clube de tiro, e 10,2% possuem registro como caçador, atirador ou colecionador de armas junto ao Exército Brasileiro.

Em relação à frequência do porte de arma de fogo, 43,7% dos policiais afirmam portar todos os dias, em qualquer circunstância, ou seja, mantêm a habitualidade da prática no exercício de todos os afazeres do seu cotidiano, sejam relacionadas às atribuições profissionais ou à vida pessoal.

Verificou-se que 0,9% da amostra informou que não porta arma de fogo, em nenhuma circunstância. São situações excepcionais, de servidores que tiveram a autorização para porte de arma de fogo temporariamente suspensa em razão de inaptidão de ordem psicológica ou psiquiátrica, conforme prevê a Instrução Normativa nº 45/2011-DG/PF.

Perguntados sobre a frequência com que fazem treinamento de tiro, 51% dos participantes afirmaram efetuar ao menos um treinamento a cada seis meses.

No que se refere ao histórico de circunstâncias em que foi necessário fazer uso de arma de fogo em uma situação de risco real, considerada a utilização de arma de fogo em serviço, pelo menos

40,9% dos policiais afirmaram que já precisaram sacar a arma, mas que não houve necessidade de efetuar disparos, enquanto pelo menos 2,0% já alvejaram alguém que veio a óbito.

Em se tratando da necessidade de uso em circunstância em que o policial não estava em seu horário de serviço, 53,5% afirmaram que nunca houve necessidade de fazer uso da arma, e pelo menos 1,7% afirmou já ter alvejado alguém que veio a óbito.

Quando perguntados se haveriam sofrido ou presenciado outro policial sofrer lesão decorrente de perfuração por arma de fogo, 96,7% dos policiais informaram nunca haver sido atingidos por disparo de arma de fogo, e 2,2%, pelo menos, informaram haver sido atingidos intencionalmente.

Por fim, quanto a testemunharem circunstâncias em que outro policial haveria sido atingido por disparo de arma de fogo, 87,1% informaram que nunca aconteceu, ao menos 6,7% teriam presenciado um policial ser atingido intencionalmente, e pelo menos 1% dos participantes teria presenciado um policial se auto lesionar intencionalmente.

Em relação à distribuição das variáveis sociodemográficas, não se verificou substancial alteração do perfil dos participantes a partir da exclusão dos casos extremos.

Em termos de idade, 27,3% dos respondentes têm entre 41 e 45 anos. No tocante ao sexo, apenas 9,9% dos participantes são do sexo feminino, o que encontra equivalência com a representatividade das mulheres na população de servidores policiais da instituição. No que se refere ao estado civil, 66,3% dos policiais são casados, 30,9% não têm filhos, 69,3% se reconhecem brancos.

Quanto à orientação religiosa, 22,6% dos participantes se declaram como ateus ou agnósticos, número geometricamente maior que o da população brasileira, considerando que no Censo de 2010, realizado pelo IBGE, 8% se declararam sem religião e 0,3% ateus. Dentre os que possuem religião declarada, 27,3% consideram-se medianamente praticantes (7,4% afirmam ser nada praticantes, contra 10,2% que se afirmam totalmente praticantes).

Quando se verificam os níveis de escolaridade, temos que 50,5% dos policiais participantes têm graduação e os outros têm pós-graduação (38,6%), mestrado (9,3%), doutorado (1,2%) ou pós-doutorado (0,4%).

A Tabela 5 apresenta a distribuição da amostra com base nas variáveis sociodemográficas utilizadas na pesquisa.

TABELA 5: Frequência de resposta das variáveis sociodemográficas.

Variável	Resposta	Frequência	%
Sexo	Feminino	76	9,9
	Masculino	690	90,1

Faixa etária	Até 30 anos	45	5,9
	De 31 a 35 anos	77	10,1
	De 36 a 40 anos	137	17,9
	De 41 a 45 anos	209	27,3
	De 46 a 50 anos	154	20,1
	De 51 a 55 anos	92	12,0
	De 56 a 60 anos	36	4,7
	Mais de 60 anos	16	2,1
Estado civil	Solteiro	101	13,2
	Casado	508	66,3
	União Estável	101	13,2
	Divorciado	53	6,9
	Viúvo	3	0,4
Cor/etnia	Amarela	17	2,2
	Branca	531	69,3
	Indígena	5	0,7
	Parda	198	25,8
	Preta	15	2,0
Escolaridade	Nível Médio	0	0
	Graduação	387	50,5
	Pós-Graduação	296	38,6
	Mestrado	71	9,3
	Doutorado	9	1,2
	Pós-Doutorado	3	0,4
Número de filhos	Sem filhos	237	30,9
	Um filho	187	24,4
	Dois filhos	251	32,8
	Três filhos	71	9,3
	Quatro filhos	10	1,3
	Cinco filhos	7	0,9
	Mais de cinco filhos	3	0,4
Religião	Católica	340	44,4
	Evangélica	73	9,5
	Espírita	97	12,7
	Matriz Africana	2	0,3
	Religiões Orientais	8	1,0
	Outras	73	9,5
	Ateu ou Agnóstico	173	22,6
Grau de religiosidade	Nada praticante	57	7,4
	Pouco praticante	140	18,3
	Medianamente praticante	209	27,3
	Bastante praticante	109	14,2
	Totalmente praticante	78	10,2
	Não se aplica	173	22,6

Fonte: Dados da pesquisa.

N=766.

Em relação à origem e à lotação dos policiais federais participantes do estudo, os dados foram estratificados por estado e região, conforme ilustra a Tabela 6.

TABELA 6: Distribuição da amostra por região e unidade da federação.

UF	Naturalidade		Lotação	
	Frequência	%	Frequência	%
<b>Região Norte</b>				
Acre	1	0,1	18	2,3
Amapá	2	0,3	12	1,6
Amazonas	8	1,0	13	1,7
Pará	11	1,4	19	2,5
Rondônia	4	0,5	14	1,8
Roraima	4	0,5	13	1,7
Tocantins	1	0,1	8	1,0
Total	<b>31</b>	<b>3,9%</b>	<b>97</b>	<b>12,6%</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>				
Distrito Federal	65	8,5	130	17,0
Goiás	19	2,5	9	1,2
Mato Grosso	7	0,9	34	4,4
Mato Grosso do Sul	5	0,7	29	3,8
Total	<b>96</b>	<b>12,6%</b>	<b>202</b>	<b>26,4%</b>
<b>Região Sudeste</b>				
Espírito Santo	16	2,1	14	1,8
Minas Gerais	86	11,2	41	5,4
Rio de Janeiro	99	12,9	48	6,3
São Paulo	120	15,7	74	9,7
Total	<b>321</b>	<b>41,9%</b>	<b>177</b>	<b>23,2%</b>
<b>Região Sul</b>				
Paraná	45	5,9	55	7,2
Santa Catarina	17	2,2	43	5,6
Rio Grande do Sul	80	10,4	55	7,2
Total	<b>142</b>	<b>18,5%</b>	<b>153</b>	<b>20,0%</b>
<b>Região Nordeste</b>				
Alagoas	5	0,7	6	0,8
Bahia	53	6,9	37	4,8
Ceará	35	4,6	18	2,3
Maranhão	5	0,7	12	1,6
Paraíba	11	1,4	12	1,6
Pernambuco	36	4,7	22	2,9
Piauí	11	1,4	6	0,8
Rio Grande do Norte	14	1,8	17	2,2
Sergipe	6	0,8	7	0,9
Total	<b>176</b>	<b>23%</b>	<b>137</b>	<b>17,9%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

N=766.

Os dados sintetizados na Tabela 6 permitem compreender como ocorre o deslocamento do efetivo da Polícia Federal no país.

A título de exemplo, observa-se que não obstante a parcela mais representativa da amostra, 15,7%, sejam de policiais com naturalidade em São Paulo, apenas 9,7% da amostra têm lotação em alguma das 16 unidades da instituição presentes no estado.

No outro extremo, percebe-se que 8,5% dos policiais participantes são nascidos no Distrito Federal, mas 17% estão lotados em Brasília. Nesse caso, o fato pode ser atribuído à presença da sede da Polícia Federal na cidade, além da Superintendência Regional no Distrito Federal, cujos efetivos somados representam 14,67% de todos os servidores policiais da instituição.

Considerando os valores intermediários, destaca-se o exemplo do Acre, estado de nascimento de apenas 0,1% da amostra, e lotação de 2,3% dos policiais participantes, com atuação em alguma das 3 unidades do estado, o que se explica pela política de lotação praticada pela instituição, que estabelece que a primeira investidura dos servidores policiais deverá ocorrer em regiões de fronteira ou locais de difícil provimento, assim consideradas as unidades situadas na área da Amazônia Legal.

A análise descritiva das variáveis apresenta evidências do alcance da pesquisa, confirmando a representatividade de todos os subconjuntos da população de servidores da Polícia Federal na amostra de participantes.

Na seção seguinte será realizada a análise fatorial exploratória (AFE) da Escala de Atitudes Frente à Arma de Fogo (EAFAF), com o objetivo de averiguar a estrutura do instrumento e determinar o número de itens de cada uma das dimensões do construto.

#### **4.2 Análise fatorial exploratória da EAFAF**

A análise fatorial exploratória tem por finalidade identificar as relações subjacentes entre as variáveis de um instrumento de medida. Para averiguar a estrutura fatorial da EAFAF, inicialmente avaliou-se a adequação de se realizar uma análise fatorial, ou seja, se os dados estariam propensos a tal análise.

Os resultados da análise preliminar dos Componentes Principais (PC) foram favoráveis à realização da análise fatorial, considerando que o índice de adequação da amostra *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) foi igual a 0,96 (Tabachnick & Fidell, 2014; Pasquali, 2012). Adicionalmente, o Teste de Esfericidade de *Bartlett* foi significativo ( $p$ -valor $<0,01$ ), com valor de 8809,93.

Partiu-se então para a extração dos fatores, utilizando-se os critérios de retenção convencional de avaliação do gráfico de sedimentação (*scree plot*) em conjunto com a análise do critério de *Kaiser* (retenção de autovalores maiores que 1,0).

Utilizado o método *Principal Axis Factoring* (PAF) com rotação oblíqua (*direct oblimin*), chegou-se à estrutura de mensuração com três (3) fatores e variância total explicada de 68,8%.

Todos os itens apresentaram carga fatorial superior a 0,40, superando assim o valor geralmente adotado na literatura (Tabachnick & Fidell, 2014; Pasquali, 2012). Observou-se, no entanto, que embora tenha atingido saturação superior a 0,30, o Item 2 (Os criminosos não atacam pessoas que possuem armas) apresentou duplicidade de carga entre os fatores 1 e 2, em razão do que foi excluído da análise.

Mesmo com a exclusão do item, a consistência interna da EAFAP foi adequada (*Alfa de Cronbach* = 0,81). O indicador  $h^2$  diz respeito à estimativa inicial das comunalidades, ou seja, a percentagem da variância comum das variáveis nos fatores a serem extraídos, variando de 0 a 1. Apenas os itens 7, 9 e 13 apresentaram valores inferiores a 0,50 (50%).

Os parâmetros encontrados podem ser observados na Tabela 7.

TABELA 7: Estrutura fatorial da EAFAP.

Itens	Fatores			$h^2$	
	1 Direito	2 Crime	3 Proteção		
5	O direito de portar armas é uma liberdade importante que os brasileiros deveriam assegurar.	.677			.650
6	As pessoas deveriam poder ter armas de fogo em suas casas.	.820			.667
8	A posse de armas é um valor básico do brasileiro.	.845			.719
10	A proibição de possuir armas representa uma violação à Constituição brasileira.	.773			.659
11	As pessoas deveriam ser capazes de possuir armas, porque muitas as usam para fins desportivos.	.627			.513
15	Independentemente de seu potencial de lesão, é direito de cada pessoa decidir ter ou não uma arma.	.863			.691
7	Eu deveria conseguir facilmente uma arma, se quisesse uma.	.648			.490
16	O acesso fácil a armas de fogo é provável resultar em um aumento da taxa de crime.		.630		.710
17	É muito fácil matar quando se tem armas disponíveis.		.775		.517
12	Armas estimulam a criminalidade.		.774		.586
1	Muitos assassinatos não ocorreriam se uma arma não estivesse disponível.		.500		.542
9	Pessoas cometem suicídio frequentemente devido às armas de fogo estarem disponíveis.		.661		.405

13	Quando você tem uma arma, pode parar de se preocupar em ser vítima de crime.			.706	.389
3	A única maneira de garantir que você não será vítima de um crime é possuir uma arma de fogo.			.701	.596
14	Possuir uma arma diminui as chances de uma pessoa ser vítima de crime.			.649	.515
4	Lojistas que têm armas de fogo em suas instalações têm menor probabilidade de serem assaltados do que aqueles que não têm.			.531	.555

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificado o grau de covariância entre os itens nessa versão da escala, obteve-se consistência interna (*Alfa de Cronbach*) 0,94 para o Fator 1 (direito); de 0,88 para o Fator 2 (crime); e de 0,82 para o Fator 3 (proteção), conforme ilustrado na Tabela 8. Todos os valores foram superiores aos obtidos por Nascimento et al. (2016): 0,81; 0,76; e 0,65, respectivamente.

Os itens do primeiro fator, denominado **Direito**, buscaram avaliar se a posse de armas deve ser considerada um direito básico do brasileiro; os itens do segundo fator, **Crime**, também percebido como risco, buscaram avaliar se existe uma justificção prática para a proibição de armas entre os membros do público em geral, já que as armas estimulam ou causam crimes que não ocorreriam de outra forma; e os itens do terceiro fator, **Proteção**, buscaram avaliar se existe uma justificção para a posse de armas como uma proteção da vitimização criminal (Nascimento et al., 2016). Juntos, os três fatores foram responsáveis por explicar 68,8% da variância da EAFAF.

TABELA 8: Variância explicada e consistência interna da EAFAF.

	Fatores		
	Direito	Crime	Proteção
Número de itens	7	5	4
% da Variância explicada	54,99	63,10	68,81
Alfa de Cronbach	0,94	0,88	0,81

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, apresentada a estrutura fatorial e encontradas evidências de validade do instrumento de medida do construto central desse estudo, qual seja a percepção dos policiais federais frente às armas de fogo, a próxima seção se debruçará sobre os resultados da análise do relacionamento entre as variáveis.

### 4.3 Análise de regressão linear

Os resultados da análise de regressão podem ser observados na Tabela 9. As variáveis dependentes, referentes à atitude dos respondentes sobre Direito, Crime e Proteção, foram definidas com base na análise fatorial exploratória, utilizando para isso o método de regressão, e representam os três fatores resultantes da EAFAP.

As variáveis independentes consistem em dados a respeito do histórico dos respondentes na Polícia Federal e da experiência com armas de fogo, além de variáveis sociodemográficas. Foram estimados três modelos, um para cada fator da escala, o que permite conhecer a influência de cada fator separadamente sobre a variável dependente sem que haja covariância entre eles.

TABELA 9: Resultados da análise de regressão linear.

Variáveis independentes	Variáveis dependentes <sup>b</sup>		
	Direito	Crime	Proteção
Constante <sup>a</sup>	-.542*	-.598*	.225
<b>Atividade policial</b>			
Tempo de atividade na PF	-.050	-.033	.035
Cargo policial ou militar anterior	0.47	.066*	-.050
<b>Experiência com arma</b>			
Idade de contato inicial com arma	-.163**	-.141**	.160**
Quantidade de armas que possui	.186**	.120**	-.124**
Frequência do porte	.184**	.158**	-.178**
Frequência de tiro	-.136**	-.118**	.165**
Uso em serviço (d)	-.021	-.046	-.009
Uso fora de serviço (d)	.063	.064	-.080
Sofreu lesão por arma (d)	.051	.030	.016
Presenciou lesão por arma (d)	-.037	-.023	.074*
<b>Sociodemográficas</b>			
Sexo (d)	.018	-.022	.022
Faixa etária	.009	.142**	-.003
Estado civil	.036	.019	-.013
Número de filhos	.038	-.023	.004

Cor/etnia	-.017	.035	-.005
Escolaridade	.013	-.044	-.002
Grau de religiosidade	.122**	.130**	-.129**
Anova (F)	13.540**	8.646**	11.724**
R <sup>2</sup>	0,24 (0,87)	0,16 (0,84)	0,21 (0,85)

Fonte: Elaborado pela autora.

N = 766.

<sup>a</sup> Coeficiente não padronizado (*B*).

<sup>b</sup> Coeficiente padronizado (*Beta*).

(d) Variável dicotômica (*dummy*).

\**p* < 0.05; \*\**p* < 0.01.

As variáveis independentes testadas explicam aproximadamente 24% ( $R^2 = 0,24$ ; erro padrão = 0,87) da atitude dos respondentes no primeiro modelo (Direito); 16% ( $R^2 = 0,16$ ; erro padrão = 0,84) no segundo modelo (Crime); e 21% ( $R^2 = 0,21$ ; erro padrão = 0,85) no terceiro modelo (Proteção).

Os resultados não demonstraram influência do histórico de atividade policial dos respondentes na sua percepção sobre armas de fogo, na medida em que nem o tempo de atividade na PF e nem o fato de já terem ocupado outro cargo de natureza policial antes de integrar o efetivo da Polícia Federal apresentaram significância estatística.

Em relação à experiência dos respondentes com armas de fogo, cinco variáveis se mostraram estatisticamente significativas. A idade de contato inicial com arma de fogo influencia negativamente a atitude sobre direito (-.163\*\*) e crime (-.141\*\*), e positivamente sobre proteção (.160\*\*). A quantidade de armas que os respondentes possuem influencia positivamente a atitude sobre direito (.186\*\*) e crime (.120\*\*), e negativamente sobre proteção (-.124\*\*). Da mesma forma, a frequência do porte influencia positivamente a atitude sobre direito (.184\*\*) e crime (.158\*\*), e negativamente sobre proteção (-.178\*\*). A frequência de tiro influencia negativamente a atitude sobre direito (-.136\*\*) e crime (-.118\*\*), e positivamente proteção (.165\*\*). Por fim, o fato de os respondentes terem presenciado lesão causada por arma de fogo influencia positivamente a atitude sobre proteção (.074\*).

Entre as variáveis sociodemográficas, a faixa etária influencia positivamente a atitude do respondente sobre crime (.142\*\*), não tendo influência sobre os outros dois fatores. O grau de religiosidade tem influência significativa nos três fatores, sendo que essa influência é positiva na atitude sobre direito (.122\*\*) e crime (.130\*\*), e negativa sobre proteção (-.129\*\*). As demais

variáveis sociodemográficas não apresentaram nenhuma influência significativa na atitude dos respondentes em relação a quaisquer dos três fatores considerados.

Em resumo, das dez variáveis preditoras, cinco não mostraram relação estatisticamente significativa com qualquer das variáveis dependentes: tempo de atividade na PF, cargo policial ou militar anterior, uso em serviço, uso fora de serviço e haver sofrido lesão por arma. Ter presenciado lesão mostrou ter influência significativa no fator Proteção, exclusivamente. As demais variáveis preditoras: idade do contato inicial, quantidade de armas, frequência de porte e frequência de tiro mostraram-se significativas em todos os modelos estimados.

Quanto às variáveis sociodemográficas, das sete inseridas no modelo, apenas o grau de religiosidade mostrou-se significativo em relação aos três fatores considerados. A faixa etária apresentou relação estatisticamente significativa apenas com a atitude sobre crime. As demais não se mostraram significativamente influentes sobre nenhuma das variáveis dependentes no presente estudo. A seção seguinte traz uma discussão a respeito dos resultados encontrados.

#### **4.4. Discussão dos resultados**

Conforme ilustram os resultados apresentados na seção anterior, apenas algumas variáveis demonstraram ter influência direta na percepção sobre armas de fogo dos participantes do estudo.

Merece registro a constatação de que, apesar de vários estudos sustentarem que o sexo tem influência na percepção sobre armas de fogo (Tseng, 2018; Malta, 2017; Nascimento et al., 2016; Maciel et al., 2016; Fowler, 2015; Tasigiorgos, 2015; Trindade, 2015; Lee, 2014; Todeschini, 2013; Zandominighi et al., 2011; Caneda & Teodoro, 2010; Sanches et al., 2009; Shapiro et al., 1997; Branscombe et al., 1991), nesse estudo os resultados não apresentaram influência estatisticamente significativa.

Diferentemente do que normalmente ocorre em pesquisas realizadas com mulheres da população em geral, os resultados da presente pesquisa não indicaram que policiais federais do sexo feminino percebam o fator risco associado à presença de armas de fogo de maneira significativamente diversa da percebida por policiais do sexo masculino.

A interpretação desse resultado pode residir no fato de que por integrarem, igualmente, carreira que pressupõe o porte constante de arma de fogo, as representações tradicionais de gênero não se sustentam, ou são atenuadas ao ponto de não apresentarem influência estatisticamente relevante.

Na sociedade em geral, o gênero influencia as decisões de portar e utilizar armas de fogo, as experiências da sua utilização, quer criminais quer não criminais, bem como as concepções de vitimização, insegurança e violência dos indivíduos. Assim, a representação da violência armada é pontuada com os arquétipos de masculinidade nas suas versões “benigna”, atribuída aos “cidadãos de bem”, cujo objetivo é garantir a proteção dos seus bens e família; e “maligna”, hipersexualizada, atribuída aos “bandidos” (Santos, 2012).

No entanto, quando retirado o elemento volitivo do comportamento, ou seja, quando portar é um dever e não apenas um direito, os significados atribuídos às armas de fogo deixam de se afirmar com base em traços tradicionalmente tidos como masculinos e femininos, conforme sinalizam os achados da presente pesquisa.

Outra constatação interessante do estudo refere-se ao fato de que ter estado presente em alguma circunstância de perigo real, em serviço ou fora de serviço, em que foi necessário fazer uso efetivo da arma de fogo, não apresentou efeito estatisticamente relevante na percepção dos policiais sobre armas de fogo em qualquer das três dimensões consideradas.

O fato pode ser explicado em parte pelo entendimento de que os resultados da interação entre vítima e o criminoso são informados inexoravelmente pelo entendimento que ela (no caso, o policial) tem sobre as saídas aceitáveis, sob o ponto de vista subjetivo. Em um panorama de “guerra”, as únicas saídas aceitáveis são “matar ou morrer” (Fernandes, 2014).

Corroborando os resultados de estudos anteriores, a idade do primeiro contato com armas de fogo demonstrou ter influência na percepção sobre armas na fase adulta (Wombacher & Wallace, 2018; Azrael et al., 2018). A socialização com armas na infância está relacionada ao aumento da sensação de proteção frente à arma fogo. Observar o pai, irmão ou outra pessoa próxima utilizando uma arma na infância foi associado a mais visões “pró-armas” na idade adulta, tendência coerente com o conceito de modelagem social, processo pelo qual espelhamos os comportamentos e atitudes daqueles a quem estamos expostos e por quem mantemos alta consideração.

Quanto à influência da filiação religiosa e, especificamente, do grau de dedicação às crenças religiosas, os resultados parecem convergir com os achados de Prandi e Santos (2017), que mostram que os brasileiros assumem ou não posições diferentes conforme sua filiação religiosa ao opinar sobre temas ligados ao comportamento dos indivíduos e à moral que os orienta.

No entanto, especificamente no concerne à legalização da posse de armas, os autores verificaram uma discrepância: enquanto católicos aparecem com 38,0% de aprovação, 3,1% acima da média nacional (34,9%), os evangélicos não pentecostais aparecem com 30,4%, uma taxa 4,5%

abaixo da nacional. Tendo isso em vista, estudos futuros poderão dedicar-se à análise dos resultados específicos nos subconjuntos da amostra.

Por fim, convém destacar que as variáveis idade e tempo de serviço, que alguns autores defendem que deveriam ser tratadas como uma única variável devido à alta taxa de colinearidade normalmente verificada (Arnold & Feldman, 1982), apresentaram dinâmicas próprias na presente pesquisa.

Enquanto o tempo de atividade na Polícia Federal não apresentou relação estatisticamente significativa com nenhum dos fatores analisados, contrariando o que Thompson et al. (2006) haviam registrado, a faixa etária do respondente, por sua vez, teve efeito sobre o fator crime da percepção sobre armas de fogo dos respondentes.

No que concerne à idade, os achados dessa pesquisa ratificam sua grande influência na percepção sobre armas de fogo, corroborando o que já havia sido apontado em vários estudos (Tseng, 2018; Malta, 2017; Nascimento et al., 2016; Maciel et al., 2016; Fowler, 2015; Tasigiorgos, 2015; Trindade, 2015; Lee, 2014; Todeschini, 2013; Zandominighi et al., 2011; Caneda & Teodoro, 2010; Sanches et al., 2009; Branscombe et al., 1991).

A violência letal atinge de forma diferenciada vários grupos populacionais em cada país, o que gera impacto na expectativa de vida para cada um desses subgrupos (Cerqueira, 2014). Considerando padrões e estatísticas internacionais que confirmam que a maior prevalência de homicídios se dá entre os jovens, uma vez superada a idade em que ocorre a maior taxa de vitimização, na fase adulta os indivíduos tendem a deixar de se expor, gradativamente, a situações de violência que levem à agressão por arma de fogo (Trindade et al., 2015), e tendem a adotar postura mais favorável ao controle sobre sua circulação.

Apresentados os resultados das análises realizadas, e aprofundada a discussão sobre as evidências empíricas encontradas, o próximo capítulo apresentará as conclusões finais, as limitações verificadas e a proposição de uma agenda de pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa foi identificar a percepção de policiais federais em relação às armas de fogo e a relação dessa percepção com características e experiências pessoais dos policiais. Para atingir esse objetivo foram propostos três objetivos específicos: a) descrever a percepção dos policiais federais frente à arma de fogo, considerando as dimensões direito, proteção e risco; b) descrever as experiências de uso de arma de fogo por policiais federais; c) identificar características pessoais de policiais federais.

Levando-se em consideração os resultados apresentados, pode-se considerar que os objetivos foram alcançados. Por meio da presente pesquisa foi possível evidenciar, dentre os fatores considerados, que os policiais federais participantes do estudo mostram-se mais propensos a perceber o acesso a armas de fogo como um direito do cidadão.

Considerando-se o aporte teórico, acredita-se que os achados desse estudo, ainda que limitados, podem ser somados a outros que procuram identificar características individuais (pessoais ou profissionais) que exercem influência na percepção sobre armas de fogo, não apenas de policiais.

Outra contribuição de ordem teórica refere-se ao cumprimento de parte da agenda de pesquisa proposta por Nascimento et al. (2016), notadamente quanto à recomendação sobre a necessidade de checar a validade convergente e discriminante da EAFAP e avaliar sua estabilidade temporal.

O estudo apresenta também contribuições de ordem prática para os gestores da Polícia Federal, na medida em que buscou contribuir com a superação da lacuna de estudos empíricos sobre armas de fogo construídos especificamente para o contexto da instituição.

Nesse sentido, em relação à experiência com armas de fogo dos policiais participantes, cumpre assinalar duas constatações especialmente relevantes, e que são o resultado de políticas implementadas por duas diretorias da instituição: a) 43,1% dos respondentes não têm a propriedade de armas de fogo, o que significa dizer que estes servidores fazem uso exclusivamente da arma acautelada pela Polícia Federal para o cumprimento das atribuições funcionais e para a garantia da própria segurança, o que evidencia o alto índice de aprovação e a confiança depositada pelo efetivo nas armas adquiridas pela Diretoria de Logística Policial; b) 51% dos respondentes participam de treinamentos de tiro ao menos duas vezes ao ano, o que demonstra a alta taxa de adesão dos servidores aos treinamentos continuados que ocorrem em quatro etapas anuais, o que respalda os investimentos feitos pela Diretoria de Gestão de Pessoal, por meio da Academia Nacional de Polícia, na formação e capacitação continuada de servidores que atuam como instrutores de tiro nas unidades, possibilitando a manutenção da aptidão técnica por todos os servidores policiais.

Outra contribuição de ordem gerencial para a instituição está na compilação de informações referentes ao histórico de vitimização de policiais federais, o que permite a avaliação do potencial impacto das experiências traumáticas sobre o efetivo policial, criando a possibilidade de desenvolvimento de estratégias e práticas de gestão voltadas para a prevenção e o oferecimento de suporte material e psicológico aos policiais envolvidos em ocorrências violentas.

Como ocorre com todos os estudos acadêmicos, a presente pesquisa apresenta limitações, algumas delas associadas às escolhas teóricas e metodológicas que implicaram no descarte de várias outras alternativas, considerando as premissas inicialmente adotadas.

A primeira limitação verificada refere-se à impossibilidade de generalização dos resultados para a população, tendo em vista o processo de seleção da amostragem ter sido não aleatório. Ainda que o *link* de acesso tenha sido encaminhado a todos os servidores policiais ativos, o gozo de férias, licenças e outros afastamentos, bem como o eventual bloqueio do acesso ao questionário disponibilizado no *GoogleForms* pela rede corporativa da instituição recomendam parcimônia quanto à generalização dos resultados da amostra, mesmo diante do perfil altamente diversificado, com representatividade de todos os subconjuntos da população.

Outra limitação refere-se às variáveis dependentes do estudo. Ainda que as variáveis que expressam as dimensões da experiência dos policiais com armas de fogo tenham sido eleitas com base na revisão de literatura sobre o tema, a não adoção de escala com evidência de validade psicométrica sujeitou os resultados à análise do impacto da variância comum.

Registradas as limitações, cumpre reconhecer que, embora restrinjam, não invalidam os resultados do presente estudo, ao contrário, fornecem uma boa imagem do universo a ser estudado e permitem a elaboração de uma ampla agenda de pesquisa.

Primeiramente, sugere-se a aplicação de outras técnicas de análise dos dados da amostra, dentre as quais da Teoria de Resposta ao Item – TRI, o que permitiria melhor avaliação do conjunto de itens quanto à eficiência para a mensuração à que se propõe, bem como a identificação dos subconjuntos de participantes que não tenham seus níveis de influência em relação a determinada característica ou fator bem mensurada por aquele conjunto de itens.

Um ponto que merece ser desenvolvido em estudos futuros refere-se à segmentação da análise por regiões geográficas, o que parece ser bastante relevante para identificar e explicar eventuais diferenças na percepção sobre armas de fogo, em vista das diferentes condições sociais e culturais registradas no país.

Outra sugestão refere-se ao esforço de propor e testar outras variáveis explicativas da percepção sobre armas de fogo que não foram abordadas nessa pesquisa.

Por fim, considerando a dinâmica natural das instituições e tendo em vista que no presente estudo dois terços da amostra foi formada por indivíduos com mais de 40 anos, havendo o fator idade apresentado influência na percepção sobre armas de fogo, sugere-se a reaplicação do instrumento no futuro, para avaliação dos dados em painel, o que possibilitaria a melhor compreensão dos resultados diante de contextos sociais e políticos diversificados.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, L. A. (2018). Poder e políticas públicas: O que nos dizem os modelos teóricos? *Revista Agenda Política*, 04(03), 216–237. <https://doi.org/10.31990/agenda.2016.3.8>
- Andrés, A. R., & Hempstead, K. (2011). Gun control and suicide: The impact of state firearm regulations in the United States, 1995–2004. *Health Policy*, 101(1), 95–103. <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2010.10.005>
- Anglemyer, A., Horvath, T., & Rutherford, G. (2014). The accessibility of firearms and risk for suicide and homicide victimization among household members: A systematic review and meta-analysis. *Annals of Internal Medicine*, 160(2), 101–110. <https://doi.org/10.7326/M13-1301>
- Arnold, H. J., & Feldman, D. C. (1982). A multivariate analysis of the determinants of job turnover. *Journal of Applied Psychology*, 67(3), 350–360. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.67.3.350>
- Azrael, D., Cohen, J., Salhi, C., & Miller, M. (2018). Firearm Storage in Gun-Owning Households with Children: Results of a 2015 National Survey. *Journal of Urban Health*, 95(3), 295–304. <https://doi.org/10.1007/s11524-018-0261-7>
- Branscombe, N. R., Weir, J. A., & Crosby, P. (1991). A three-factor scale of attitudes toward guns. *Aggressive Behavior*, 17(5), 261–273. [https://doi.org/10.1002/1098-2337\(1991\)17:5<261::AID-AB2480170503>3.0.CO;2-8](https://doi.org/10.1002/1098-2337(1991)17:5<261::AID-AB2480170503>3.0.CO;2-8)
- Caneda, C. R. G., & Teodoro, M. L. M. (2010). Desenvolvimento e Investigação de Propriedades Psicométricas da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA). *Avaliação Psicológica*, 9(3), 471–478.
- Capella, A. C. N. (2006). *Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas*. 29, 25–52.
- Carvalho, L. de A., & Espíndula, D. H. P. (2016). Discussões em torno do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição na Folha de S. Paulo. *Opinião Pública*, 22(2), 446–465. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016222446>
- Cerqueira, D. (2018). *Atlas da Violência 2018*. 93.
- Cerqueira, D. R. de C. (2014). *Causas e consequências do crime no Brasil* (Issue June). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Costa, D. H. da, Njaine, K., & Schenker, M. (2017). Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 3087–3097. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.18132016>
- Crifasi, C. K., Merrill-Francis, M., McCourt, A., Vernick, J. S., Wintemute, G. J., & Webster, D. W. (2018). Association between Firearm Laws and Homicide in Urban Counties. *Journal of Urban Health*, 95(3), 383–390. <https://doi.org/10.1007/s11524-018-0273-3>
- da Costa, D. H., Njaine, K., & Schenker, M. (2017). Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: Uma revisão da literatura. *Ciencia e Saude Coletiva*, 22(9), 3087–3097. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.18132016>
- Diez, C., Kurland, R. P., Rothman, E. F., Bair-Merritt, M., Fleegler, E., Xuan, Z., Galea, S., Ross, C. S., Kalesan, B., Goss, K. A., & Siegel, M. (2017). State intimate partner violence-related firearm laws and intimate partner homicide rates in the United States, 1991 to 2015. *Annals of*

*Internal Medicine*, 167(8), 536–543. <https://doi.org/10.7326/M16-2849>

- Domingues, D. F., & Dessen, M. A. (2013). Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 141–148. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200003>
- Domingues, D. F., Villas Boas, A. C. V. B., & Dessen, M. A. (2011). Homicídio juvenil por arma de fogo e reorganização familiar um estudo de caso. *Psico*, 42(1), 51–58.
- Fernandes, A. (2014). *Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)*. 192–219.
- Field, A. (2011). Descobrimo a estatística usando o SPSS. In *Aletheia* (Issues 35–36).
- Hamill, M. E., Hernandez, M. C., Bailey, K. R., Zielinski, M. D., Matos, M. A., & Schiller, H. J. (2019). State Level Firearm Concealed-Carry Legislation and Rates of Homicide and Other Violent Crime. *Journal of the American College of Surgeons*, 228(1), 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.jamcollsurg.2018.08.694>
- Kalesan, B., & Galea, S. (2017). Patterns of gun deaths across US counties 1999–2013. *Annals of Epidemiology*, 27(5), 302-307.e3. <https://doi.org/10.1016/j.annepidem.2017.04.004>
- Kaufman, E. J., Morrison, C. N., Branas, C. C., & Wiebe, D. J. (2018). State firearm laws and interstate firearm deaths from homicide and suicide in the United States a cross-sectional analysis of data by county. *JAMA Internal Medicine*, 178(5), 692–700. <https://doi.org/10.1001/jamainternmed.2018.0190>
- Keil, S., Beardslee, J., Schubert, C., Mulvey, E., & Pardini, D. (2019). Perceived Gun Access and Gun Carrying Among Male Adolescent Offenders. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 1–17. <https://doi.org/10.1177/1541204019865312>
- Keinert, R., Fonseca, F., Blikstein, I., Storino, F., & Sano, H. (2005). *Armas De Fogo No Brasil* : 5–30.
- Lima, L. L., & D’Ascenzi, L. (2013). Implementação De Políticas Públicas : *Revista De Sociologia E Política*, 21(48), 101–110. <https://doi.org/10.1197/jamia.M1471.Medical>
- Macedo, A. dos S., Alcântara, V. de C., Andrade, L. F. S., & Ferreira, P. A. (2016). O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(spe), 593–618. <https://doi.org/10.1590/1679-395117188>
- Maciel, P. R., Souza, M. R. de, & Rosso, C. F. W. (2016). Estudo descritivo do perfil das vítimas com ferimentos por projéteis de arma de fogo e dos custos assistenciais em um hospital da Rede Viva Sentinela. *Epidemiologia e Serviços de Saude : Revista Do Sistema Unico de Saude Do Brasil*, 25(3), 607–616. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000300016>
- Malta, D. C., Minayo, M. C. de S., Soares Filho, A. M., Silva, M. M. A. da, Montenegro, M. de M. S., Ladeira, R. M., Moraes Neto, O. L. de, Melo, A. P., Mooney, M., & Naghavi, M. (2017). Mortalidade e anos de vida perdidos por violências interpessoais e autoprovocadas no Brasil e Estados: análise das estimativas do Estudo Carga Global de Doença, 1990 e 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 20(suppl 1), 142–156. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201700050012>
- Manley, N. R., Fabian, T. C., Sharpe, J. P., Magnotti, L. J., & Croce, M. A. (2018). Good news, bad news: An analysis of 11,294 gunshot wounds (GSWs) over two decades in a single center.

*Journal of Trauma and Acute Care Surgery*, 84(1), 58–65.  
<https://doi.org/10.1097/TA.0000000000001635>

- Mello-Silva, A. C. C., Brasil, V. V., Minamisava, R., Oliveira, L. M. de A. C., Cordeiro, J. A. B. L., & Barbosa, M. A. (2012). Qualidade de Vida e Trauma Psíquico em Vítimas da Violência Por Arma de Fogo. *Texto e Contexto Enfermagem*, 21(3), 558–565. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000300010>
- Miller, M., Hepburn, L., & Azrael, D. (2017). Firearm acquisition without background checks: Results of a national survey. *Annals of Internal Medicine*, 166(4), 233–239. <https://doi.org/10.7326/M16-1590>
- Nascimento, T. G., Pimentel, C. E., & Adaid-Castro, B. G. (2016). Escala de Atitudes frente à Arma de Fogo (EAFAG): Evidências de Sua Adequação Psicométrica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 239–248. <https://doi.org/10.1590/0102-3772201602187239248>
- Ollaik, L. G. (2011). *Instrumentos governamentais : reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil* \*. 45(1986), 1943–1967.
- Paper, W., Oliveira, C., Federal, U., & Grande, R. (2017). *Mais armas de fogo , mais homicídios ? Uma evidência empírica para a Região Metropolitana de Porto Alegre a partir de dados ... June*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.21291.64803>
- Pasquali, L. (2012). O Uso da Análise Fatorial : Algumas Diretrizes para Pesquisadores. *Análise Fatorial Para Pesquisadores*, May, 163–184.
- Prandi, R., & Santos, R. W. dos. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no congresso nacional e na frente parlamentar evangélica. *Tempo Social*, 29(2), 187–214. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>
- Ribeiro, A. P., Souza, E. R. de, & Sousa, C. A. M. de. (2017). Lesões provocadas por armas de fogo atendidas em serviços de urgência e emergência brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2851–2860. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.16492017>
- Sanches, S., Duarte, S. J. H., & Pontes, E. R. J. C. (2009). Caracterização das vítimas de ferimentos por arma de fogo, atendidas pelo serviço de atendimento móvel de urgência em campo Grande-MS. *Saude e Sociedade*, 18(1), 21–28. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000100010>
- Santaella-Tenorio, J., Cerdá, M., Villaveces, A., & Galea, S. (2016). What Do We Know about the Association between Firearm Legislation and Firearm-Related Injuries? In *Epidemiologic Reviews* (Vol. 38, Issue 1, pp. 140–157). <https://doi.org/10.1093/epirev/mxv012>
- Santos, M. J., & Kassouf, A. L. (2015). Avaliação de Impacto do Estatuto do Desarmamento na Criminalidade: Uma Abordagem de Séries Temporais Aplicada à Cidade de São Paulo. *Economic Analysis of Law Review*, 3(2), 307–322. <https://doi.org/10.18836/2178-0587/ealr.v3n2p307-322>
- Santos, R. (2012). “Cidadãos de bem” com armas: Representações sexuadas de violência armada, (in)segurança e legítima defesa no Brasil“Good Citizens” with Weapons: Sexualized Representations of Armed Violence, (In)security and Legitimate Defense in Brazil« Citoyens comme il. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 96, 133–164. <https://doi.org/10.4000/rccs.4851>
- Saravia, E., Ferrarezi, E., Costa, F. L. da F., Gargarella, R., Campo, E. M., Brasil, N., Souza, C., Madeira, L. M., Rodrigues, A. Ben, FILOCRE, D., Assis, J., Taylor, M. M., Simon, H. A., Pase, H. L., Jannuzzi, P. D. M., Bursztyrn, L., Fonseca, M., Victora, C. G., Barreto, M. L., ...

- Borini, F. M. (2008). Guia de Políticas Públicas : In *Revista de Administração Pública* (Vol. 42, Issue 1). <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000100003>
- Shapiro, J. P., Dorman, R. L., Burkes, W. M., Welker, C. J., & Clough, J. B. (1997). *Development and factor analysis of a measure of youth attitudes toward guns and violence*. 37–41. <https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2603>
- Siegel, M., Negussie, Y., Vanture, S., Pleskunas, J., Ross, C. S., & King, C. (2014). The relationship between gun ownership and stranger and nonstranger firearm homicide rates in the United States, 1981-2010. *American Journal of Public Health, 104*(10), 1912–1919. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2014.302042>
- Siegel, M., Ross, C. S., & King, C. (2013). The relationship between gun ownership and firearm homicide rates in the United States, 1981-2010. *American Journal of Public Health, 103*(11), 2098–2105. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2013.301409>
- Soares, A. M. (2015). *Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira*.
- Stroebe, W. (2016). Firearm Availability and Violent Death: The Need for a Culture Change in Attitudes toward Guns. *Analyses of Social Issues and Public Policy, 16*(1), 7–35. <https://doi.org/10.1111/asap.12100>
- Swedler, D. I., Simmons, M. M., Dominici, F., & Hemenway, D. (2015). Firearm prevalence and homicides of law enforcement officers in the United States. *American Journal of Public Health, 105*(10), 2042–2048. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2015.302749>
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2014). *Using multivariate statistics / Barbara G. Tabachnick, Linda S. Fidell*. <https://hollilermalemi.files.wordpress.com/2017/05/using-multivariate-statistics-5th-edition-by-barbara-g-tabachnick-linda-s-fidell.pdf>
- Thompson, A., Price, J. H., Dake, J. A., & Tatchell, T. (2006). Police chiefs' perceptions of the regulation of firearms. *American Journal of Preventive Medicine, 30*(4). <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2005.11.009>
- Todeschini, A. B., Veiga, J. C. E., Souza, R. B. de, Saade, N., & Aguiar, G. B. de. (2013). Traumatismo cranioencefálico por projétil de arma de fogo: experiência de 16 anos do serviço de neurocirurgia da Santa Casa de São Paulo. *Revista Do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 40*(4), 300–304. <https://doi.org/10.1590/s0100-69912013000400008>
- Trindade, R. F. C., Costa, F. A. de M. M., Silva, P. de P. A. da C., Caminiti, G. B., & Santos, C. B. dos. (2015). Map of homicides by firearms: Profile of the victims and the assaults. *Revista Da Escola de Enfermagem, 49*(5), 748–755. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000500006>
- Tseng, J., Nuño, M., Lewis, A. V., Srour, M., Margulies, D. R., & Alban, R. F. (2018). Firearm legislation, gun violence, and mortality in children and young adults: A retrospective cohort study of 27,566 children in the USA. *International Journal of Surgery, 57*, 30–34. <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2018.07.010>
- Waiselfsz, J. J. (2016). Mapa da violência 2016. *Mapa Da Violência, 71*.
- Wombacher, C., & Wallace, L. N. (2019). Childhood gun socialization among college-educated youth: Shaping adult attitudes. *Social Science Journal, 56*(3), 349–357. <https://doi.org/10.1016/j.soscij.2018.08.005>
- Zandominighi, R. C., Martins, E. A. P., & Mouro, D. L. (2011). Ferimento por projétil de arma de fogo: Um problema de saúde pública. *Rev. Min. Enferm., 15*(3), 412–420.

## APÊNDICE 1 - Questionário de Percepção sobre Armas de Fogo



Universidade de Brasília – UnB  
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA  
Mestrado Profissional em Administração Pública- MPA



### **Prezado(a) Servidor(a) da Polícia Federal,**

Estou realizando estudo acadêmico no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade de Brasília, em parceria celebrada com a Academia Nacional de Polícia, com o propósito de conhecer a percepção sobre armas de fogo dos servidores da Polícia Federal.

Nesse sentido, gostaria de contar com sua colaboração respondendo a este questionário, cujo preenchimento integral deverá levar menos que 10 (dez) minutos. As questões foram divididas em três blocos:

**Bloco I:** Escala de Atitudes Frente à Arma de Fogo (EAFAP), que deverá ser preenchida com a utilização de uma escala de 1 a 8, em que 1 representa sua total discordância e 8 representa sua total concordância com a afirmação apresentada;

**Bloco II:** Experiência e hábitos relacionados a armas de fogo;

**Bloco III:** Perfil sociodemográfico.

Por favor, responda todas as questões com liberdade e sinceridade. Não há respostas erradas ou corretas, o que importa é sua opinião sincera.

Saliento que as respostas serão avaliadas em bloco, não havendo avaliação individual. Os achados da pesquisa serão utilizados para fins estritamente acadêmicos, garantido o estrito sigilo de todos os participantes.

Caso tenha interesse nos resultados ou qualquer dúvida sobre o trabalho, entre em contato comigo pelo e-mail [alessandra.ab@dpf.gov.br](mailto:alessandra.ab@dpf.gov.br).

Agradeço pela atenção e pela sua participação.

**ALESSANDRA BORBA**

<b>Bloco I – ATITUDES FRENTE À ARMA DE FOGO</b>								
<b>AFIRMAÇÕES</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo bastante</b>	<b>Discordo</b>	<b>Discordo um pouco</b>	<b>Concordo um pouco</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo bastante</b>	<b>Concordo totalmente</b>
<b>1.</b> Muitos assassinatos não ocorreriam se uma arma não estivesse disponível.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>2.</b> Os criminosos não atacam pessoas que possuem armas.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>3.</b> A única maneira de garantir que você não será vítima de um crime é possuir uma arma de fogo.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>4.</b> Lojistas que têm armas de fogo em suas instalações têm menor probabilidade de serem assaltados do que aqueles que não têm.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>5.</b> O direito de portar armas é uma liberdade importante que os brasileiros deveriam assegurar.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>6.</b> As pessoas deveriam poder ter armas de fogo em suas casas.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>7.</b> Eu deveria conseguir facilmente uma arma, se quisesse uma.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>8.</b> A posse de armas é um valor básico do brasileiro.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>9.</b> Pessoas cometem suicídio frequentemente devido às armas de fogo estarem disponíveis.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>10.</b> A proibição de possuir armas representa uma violação à Constituição brasileira.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>11.</b> As pessoas deveriam ser capazes de possuir armas, porque muitas as usam para fins desportivos.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>12.</b> Armas estimulam a criminalidade.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>13.</b> Quando você tem uma arma, pode parar de se preocupar em ser vítima de crime.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>14.</b> Possuir uma arma diminui as chances de uma pessoa ser vítima de crime.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>15.</b> Independentemente de seu potencial de lesão, é direito de cada pessoa decidir ter ou não uma arma.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>16.</b> O acesso fácil a armas de fogo é provável resultar em um aumento da taxa de crime.	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>17.</b> É muito fácil matar quando se tem armas disponíveis.	1	2	3	4	5	6	7	8

**Bloco II – EXPERIÊNCIA COM ARMAS DE FOGO**

**18. Você é ocupante de que cargo na Polícia Federal?**

- Agente de Polícia Federal.  
 Delegado de Polícia Federal.  
 Escrivão de Polícia Federal.  
 Papiloscopista Policial Federal.  
 Perito Criminal Federal.

**19. Que idade você tinha quando manuseou uma arma de fogo pela primeira vez?**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Até 10 anos de idade.        | <input type="checkbox"/> Entre 26 e 30 anos de idade. |
| <input type="checkbox"/> Entre 11 e 15 anos de idade. | <input type="checkbox"/> Entre 31 e 35 anos de idade. |
| <input type="checkbox"/> Entre 16 e 20 anos de idade. | <input type="checkbox"/> Entre 36 e 40 anos de idade. |
| <input type="checkbox"/> Entre 21 e 25 anos de idade. | <input type="checkbox"/> Mais de 40 anos de idade.    |

**20. Você ocupou algum desses cargos antes de assumir o cargo que atualmente ocupa na Polícia Federal?**

- Agente, Escrivão ou Papiloscopista da Polícia Federal.  
 Investigador, Escrivão ou Papiloscopista da Polícia Civil dos Estados ou do Distrito Federal.  
 Delegado ou Perito da Polícia Civil dos Estados ou do Distrito Federal.  
 Policial Militar dos Estados ou do Distrito Federal.  
 Militar das Forças Armadas.  
 Policial Rodoviário Federal.  
 Agente Penitenciário Federal.  
 Agente Penitenciário dos Estados ou do Distrito Federal.  
 Guarda Municipal.  
 Não ocupei nenhum desses cargos.

**21. Em que ano você tomou posse no primeiro cargo da carreira policial na Polícia Federal?**

\_\_\_\_\_

**22. Você tem a propriedade de quantas armas de fogo?**

*(Considerar apenas as armas de fogo registradas em nome próprio)*

- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Nenhuma. | <input type="checkbox"/> Quatro.       |
| <input type="checkbox"/> Uma.     | <input type="checkbox"/> Cinco.        |
| <input type="checkbox"/> Duas.    | <input type="checkbox"/> Seis.         |
| <input type="checkbox"/> Três.    | <input type="checkbox"/> Mais de seis. |

<p><b>23. Você é membro de alguma associação ou clube de tiro?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.</p>	<p><b>24. Você possui Certificado de Registro como CAC (coleccionador, atirador, caçador)?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim.</p>
<p><b>25. Com que frequência você porta uma arma de fogo?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Não porto. <input type="checkbox"/> Eventualmente, apenas em serviço. <input type="checkbox"/> Todos os dias, apenas em serviço. <input type="checkbox"/> Todos os dias em serviço e, eventualmente, fora de serviço. <input type="checkbox"/> Todos os dias, em qualquer circunstância.</p>	
<p><b>26. Com que frequência você pratica tiro?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Pelo menos uma vez por mês. <input type="checkbox"/> Pelo menos uma vez a cada seis meses. <input type="checkbox"/> Pelo menos uma vez por ano. <input type="checkbox"/> Não pratiquei nos últimos dois anos. <input type="checkbox"/> Não pratiquei nos últimos cinco anos. <input type="checkbox"/> Não pratiquei nos últimos dez anos.</p>	
<p><b>27. Você já precisou fazer uso de sua arma de fogo em uma circunstância de perigo real EM SERVIÇO?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Não, nunca precisei fazer uso da arma em uma circunstância de perigo real, em serviço. <input type="checkbox"/> Sim, foi necessário sacar a arma, mas não houve necessidade de efetuar disparos. <input type="checkbox"/> Sim, foi necessário efetuar disparos de advertência, mas não contra alguém. <input type="checkbox"/> Sim, foi necessário disparar contra alguém, mas não o alvejei. <input type="checkbox"/> Sim, alvejei alguém, mas não houve óbito. <input type="checkbox"/> Sim, alvejei alguém que veio a óbito.</p>	
<p><b>28. Você já precisou fazer uso de sua arma de fogo em uma circunstância de perigo real FORA DE SERVIÇO?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Não, nunca precisei fazer uso da arma em uma circunstância de perigo real, fora de serviço. <input type="checkbox"/> Sim, foi necessário sacar a arma, mas não houve necessidade de efetuar disparos. <input type="checkbox"/> Sim, foi necessário efetuar disparos de advertência, mas não contra alguém. <input type="checkbox"/> Sim, foi necessário disparar contra alguém, mas não o alvejei. <input type="checkbox"/> Sim, alvejei alguém, mas não houve óbito. <input type="checkbox"/> Sim, alvejei alguém que veio a óbito.</p>	

**29. Você já foi atingido por disparo de arma de fogo?**

- Nunca fui atingido por disparo de arma de fogo.
- Já fui atingido acidentalmente.
- Já fui atingido intencionalmente.
- Já me feri acidentalmente com minha própria arma.
- Já me feri intencionalmente com minha própria arma.

**30. Você já presenciou outro policial ser atingido por disparo de arma de fogo?**

- Nunca presenciei um policial ser atingido por disparo de arma de fogo.
- Já presenciei um policial ser atingido acidentalmente.
- Já presenciei um policial ser atingido intencionalmente.
- Já presenciei um policial se ferir acidentalmente com a própria arma.
- Já presenciei um policial se ferir intencionalmente com a própria arma.

<b>Bloco III – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO</b>									
<b>31. Sexo</b> <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	<b>32. Faixa Etária</b> <input type="checkbox"/> Até 30 anos. <input type="checkbox"/> De 31 a 35 anos. <input type="checkbox"/> De 36 a 40 anos. <input type="checkbox"/> De 41 a 45 anos. <input type="checkbox"/> De 46 a 50 anos. <input type="checkbox"/> De 51 a 55 anos. <input type="checkbox"/> De 56 a 60 anos. <input type="checkbox"/> Acima de 60 anos.								
<b>33. UF de Naturalidade</b> _____		<b>34. UF de Lotação</b> _____							
<b>35. Estado Civil</b> <input type="checkbox"/> Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> União Estável <input type="checkbox"/> Divorciado(a) <input type="checkbox"/> Viúvo(a)	<b>36. Cor ou Etnia</b> <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Preta	<b>37. Escolaridade</b> <input type="checkbox"/> Nível Médio <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Pós-Graduação <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado							
<b>38. Número de filhos</b> <input type="checkbox"/> (0) – Sem filhos. <input type="checkbox"/> (1) – Um filho. <input type="checkbox"/> (2) – Dois filhos. <input type="checkbox"/> (3) – Três filhos. <input type="checkbox"/> (4) – Quatro filhos. <input type="checkbox"/> (5) – Cinco filhos. <input type="checkbox"/> (6) – Mais de cinco filhos.	<b>39. Religião</b> <input type="checkbox"/> Católica <input type="checkbox"/> Evangélica <input type="checkbox"/> Espírita <input type="checkbox"/> Matriz Africana <input type="checkbox"/> Religiões Orientais <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Ateu ou Agnóstico	<b>40. Grau de Religiosidade</b> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr><td>Nada praticante</td></tr> <tr><td>1</td></tr> <tr><td>2</td></tr> <tr><td>3</td></tr> <tr><td>4</td></tr> <tr><td>5</td></tr> <tr><td>Totalmente praticante</td></tr> </table>	Nada praticante	1	2	3	4	5	Totalmente praticante
Nada praticante									
1									
2									
3									
4									
5									
Totalmente praticante									

**POR FAVOR, CONFIRA SE NÃO DEIXOU NENHUM ITEM SEM RESPOSTA.  
OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!**

## APÊNDICE 2 – Definições e Codificações das Variáveis

Escala de Atitudes Frente à Arma de Fogo		
Itens	Rótulo	(Valor) Resposta
EAFAP_ITEM1	Muitos assassinatos não ocorreriam se uma arma não estivesse disponível.	(1) Discordo totalmente; (2) Discordo bastante; (3) Discordo; (4) Discordo um pouco; (5) Concordo um pouco; (6) Concordo; (7) Concordo bastante; (8) Concordo totalmente.
EAFAP_ITEM2	Os criminosos não atacam pessoas que possuem armas.	
EAFAP_ITEM3	A única maneira de garantir que você não será vítima de um crime é possuir uma arma de fogo.	
EAFAP_ITEM4	Lojistas que têm armas de fogo em suas instalações têm menor probabilidade de serem assaltados do que aqueles que não têm.	
EAFAP_ITEM5	O direito de portar armas é uma liberdade importante que os brasileiros deveriam assegurar.	
EAFAP_ITEM6	As pessoas deveriam poder ter armas de fogo em suas casas.	
EAFAP_ITEM7	Eu deveria conseguir facilmente uma arma, se quisesse uma.	
EAFAP_ITEM8	A posse de armas é um valor básico do brasileiro.	
EAFAP_ITEM9	Pessoas cometem suicídio frequentemente devido às armas de fogo estarem disponíveis.	
EAFAP_ITEM10	A proibição de possuir armas representa uma violação à Constituição brasileira.	
EAFAP_ITEM11	As pessoas deveriam ser capazes de possuir armas, porque muitas as usam para fins desportivos.	
EAFAP_ITEM12	Armas estimulam a criminalidade.	
EAFAP_ITEM13	Quando você tem uma arma, pode parar de se preocupar em ser vítima de crime.	
EAFAP_ITEM14	Possuir uma arma diminui as chances de uma pessoa ser vítima de crime.	
EAFAP_ITEM15	Independentemente de seu potencial de lesão, é direito de cada pessoa decidir ter ou não uma arma.	
EAFAP_ITEM16	O acesso fácil a armas de fogo é provável resultar em um aumento da taxa de crime.	
EAFAP_ITEM17	É muito fácil matar quando se tem armas disponíveis.	

<b>Experiência</b>		
<b>Variáveis</b>	<b>Rótulo</b>	<b>(Valor) Resposta</b>
CARGO_POLICIAL	Você é ocupante de que cargo na Polícia Federal?	(1) Agente de Polícia Federal; (2) Delegado de Polícia Federal; (3) Escrivão de Polícia Federal; (4) Papiloscopista Policial Federal; (5) Perito Criminal Federal.
IDADE_CONTATO	Que idade você tinha quando manuseou uma arma de fogo pela primeira vez?	(1) Mais de 40 anos; (2) Entre 36 e 40 anos; (3) Entre 31 e 35 anos; (4) Entre 26 e 30 anos; (5) Entre 21 e 25 anos; (6) Entre 16 e 20 anos; (7) Entre 11 e 15 anos; (8) Até 10 anos.
CARGO_ANTERIOR	Você ocupou algum desses cargos antes de assumir o cargo que atualmente ocupa na Polícia Federal?	(0) Não ocupei nenhum desses cargos. (1) Agente, Escrivão ou Papiloscopista da Polícia Federal; (2) Investigador, Escrivão ou Papiloscopista da Polícia Civil dos Estados ou do Distrito Federal; (3) Delegado ou Perito da Polícia Civil dos Estados ou do Distrito Federal; (4) Policial Militar dos Estados ou do Distrito Federal; (5) Militar das Forças Armadas; (6) Policial Rodoviário Federal; (7) Agente Penitenciário Federal; (8) Agente Penitenciário dos Estados ou do Distrito Federal; (9) Guarda Municipal;
ANO_POSSE (TEMPO_ATIVIDADE)	Em que ano você tomou posse no seu primeiro cargo da carreira policial na Polícia Federal?	Subtraindo-se o ano de posse do ano atual, obteve-se o tempo de atividade.
QTD_ARMAS	Você tem a propriedade de quantas armas de fogo? (Considerar apenas as armas de fogo registradas em nome próprio)	(0) Nenhuma;                   (4) Quatro; (1) Uma;                       (5) Cinco; (2) Duas;                     (6) Seis; (3) Três;                      (7) Mais de seis.
MEMBRO_CLUBE	Você é membro de alguma associação ou clube de tiro?	(0) Não; (1) Sim.
REGISTRO_CAC	Você possui Certificado de Registro como CAC (colecionador, atirador, caçador)?	(0) Não; (1) Sim.
FREQUENCIA_PORTE	Com que frequência você porta uma arma de fogo?	(0) Não porto; (1) Eventualmente, apenas em serviço; (2) Todos os dias, apenas em serviço;

		<p>(3) Todos os dias em serviço e, eventualmente, fora de serviço;</p> <p>(4) Todos os dias, em qualquer circunstância.</p>
FREQUENCIA_TIRO	Com que frequência você pratica tiro?	<p>(0) Não pratiquei nos últimos dez anos.</p> <p>(1) Não pratiquei nos últimos cinco anos.</p> <p>(2) Não pratiquei nos últimos dois anos;</p> <p>(3) Pelo menos uma vez por ano;</p> <p>(4) Pelo menos uma vez a cada seis meses;</p> <p>(5) Pelo menos uma vez por mês;</p>
USO_SERVICO	Você já precisou fazer uso de arma de fogo em uma circunstância de perigo real em serviço?	<p>(0) Não, nunca precisei fazer uso da arma em uma circunstância de perigo real, em serviço;</p> <p>(1) Sim, foi necessário sacar a arma, mas não houve necessidade de efetuar disparos;</p> <p>(2) Sim, foi necessário efetuar disparos de advertência, mas não contra alguém;</p> <p>(3) Sim, foi necessário disparar contra alguém, mas não o alvejei;</p> <p>(4) Sim, alvejei alguém, mas não houve óbito;</p> <p>(5) Sim, alvejei alguém que veio a óbito.</p>
USO_FORA_SERVICO	Você já precisou fazer uso de arma de fogo em uma circunstância de perigo real fora de serviço?	<p>(0) Não, nunca precisei fazer uso da arma em uma circunstância de perigo real, fora de serviço;</p> <p>(1) Sim, foi necessário sacar a arma, mas não houve necessidade de efetuar disparos;</p> <p>(2) Sim, foi necessário efetuar disparos de advertência, mas não contra alguém;</p> <p>(3) Sim, foi necessário disparar contra alguém, mas não o alvejei;</p> <p>(4) Sim, alvejei alguém, mas não houve óbito;</p> <p>(5) Sim, alvejei alguém que veio a óbito.</p>
SOFREU_LESAO	Você já foi atingido por disparo de arma de fogo?	<p>(0) Nunca fui atingido por disparo de arma de fogo;</p> <p>(1) Já fui atingido acidentalmente;</p> <p>(2) Já fui atingido intencionalmente;</p> <p>(3) Já me feri acidentalmente com minha própria arma;</p> <p>(4) Já me feri intencionalmente com minha própria arma.</p>
PRESENCIOU_LESAO	Você já presenciou outro policial ser atingido por disparo de arma de fogo?	<p>(0) Nunca presenciei um policial ser atingido por disparo de arma de fogo;</p> <p>(1) Já presenciei um policial ser atingido acidentalmente;</p> <p>(2) Já presenciei um policial ser atingido intencionalmente;</p> <p>(3) Já presenciei um policial se ferir acidentalmente com a própria arma;</p> <p>(4) Já presenciei um policial se ferir intencionalmente com a própria arma.</p>

<b>Sociodemográficas</b>		
<b>Variáveis</b>	<b>Rótulo</b>	<b>(Valor) Resposta</b>
SEXO	Sexo	(0) Feminino; (1) Masculino.
FAIXA_ETARIA	Faixa Etária	(1) Até 30 anos; (2) De 31 a 35 anos; (3) De 36 a 40 anos; (4) De 41 a 45 anos; (5) De 46 a 50 anos; (6) De 51 a 55 anos; (7) De 56 a 60 anos; (8) Acima de 60 anos.
UF_NASCIMENTO	UF de Naturalidade	(1) Acre; (2) Alagoas; (3) Amapá; (4) Amazonas; (5) Bahia; (6) Ceará; (7) Distrito Federal; (8) Espírito Santo; (9) Goiás; (10) Maranhão; (11) Mato Grosso; (12) Mato Grosso do Sul; (13) Minas Gerais; (14) Pará; (15) Paraíba; (16) Paraná; (17) Pernambuco; (18) Piauí; (19) Rio de Janeiro; (20) Rio Grande do Norte; (21) Rio Grande do Sul; (22) Rondônia; (23) Roraima; (24) Santa Catarina; (25) São Paulo; (26) Sergipe; (27) Tocantins.
UF_LOTACAO	UF de Lotação	(1) Acre; (2) Alagoas; (3) Amapá; (4) Amazonas; (5) Bahia; (6) Ceará; (7) Distrito Federal; (8) Espírito Santo; (9) Goiás; (10) Maranhão; (11) Mato Grosso; (12) Mato Grosso do Sul; (13) Minas Gerais; (14) Pará; (15) Paraíba; (16) Paraná; (17) Pernambuco; (18) Piauí; (19) Rio de Janeiro; (20) Rio Grande do Norte; (21) Rio Grande do Sul; (22) Rondônia; (23) Roraima; (24) Santa Catarina; (25) São Paulo; (26) Sergipe; (27) Tocantins.
ESTADO_CIVIL	Estado Civil	(1) Solteiro; (2) Casado; (3) União Estável; (4) Divorciado; (5) Viúvo;
COR_ETNIA	Cor ou Etnia	(1) Amarela; (2) Branca; (3) Indígena; (4) Parda; (5) Preta.
ESCOLARIDADE	Escolaridade	(1) Nível Médio; (2) Graduação; (3) Pós-Graduação; (4) Mestrado; (5) Doutorado; (6) Pós-Doutorado.
NR_FILHOS	Número de Filhos	(0) Sem filhos; (1) Um filho; (2) Dois filhos; (3) Três filhos; (4) Quatro filhos; (5) Cinco filhos; (6) Mais de seis filhos.
RELIGIAO	Religião	(0) Ateu ou Agnóstico; (1) Católica; (2) Evangélica; (3) Espírita; (4) Matriz Africana; (5) Religiões Orientais; (6) Outras.
RELIGIOSIDADE	Grau de Religiosidade	(0) Atribuído para ateus ou agnósticos; (1) Nada praticante; (2) Pouco praticante; (3) Medianamente praticante; (4) Muito praticante; (5) Totalmente praticante.